PLANO DE GESTÃO
TERRITORIAL E AMBIENTAL

# Volta Grande do Xingu

Terras indígenas Paquiçamba,
Arara da Volta Grande do Xingu e
Área Indígena Juruna do Km 17

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Volta Grande do Xingu é uma iniciativa das comunidades das Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do km 17, com o apoio do Programa Básico Ambiental – Componente Indígena – da UHE Belo Monte:

- Programa de Gestão Territorial Indígena
- Programa de Fortalecimento Institucional
- Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial
- Programa de Educação Escolar Indígena
- Programa Integrado de Saúde Indígena

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Capa: Jhonata Juruna, na aldeia Furo Seco, fazendo acrobacias à beira do Xingu na época da cheia


**Equipe técnica Verthic**

Fernando Vincenti
Hernane Santos
Hilton S. Nascimento
Igor Nicolau Richwin Ferreira
Larissa de Souza Lança
Michael Campos
Nefertiti Hass
Patrícia Andrade Machado
Regina Müller
Renata Utsunomiya
Renan Patrick Pinas Arnault

**Consultores indígenas**
(por ordem de participação)

Winti Suyá
Janaima Wajãpi
Pauri Wajãpi
Francisco Jamamadi
Alichards Macuxi
Priscila Karipuna
David Galibi Marworno
Fabrício Karipuna

**Consultores não indígenas**
(por ordem de participação)

Simone Athayde
Maria Alice Lima
Marcus V. C. Schmidt
Alice Villela
Gilberto Azanha
Maria Elisa Ladeira
Laise Diniz
Adriana Athila
Marina Minari
Rita Lewcowicz

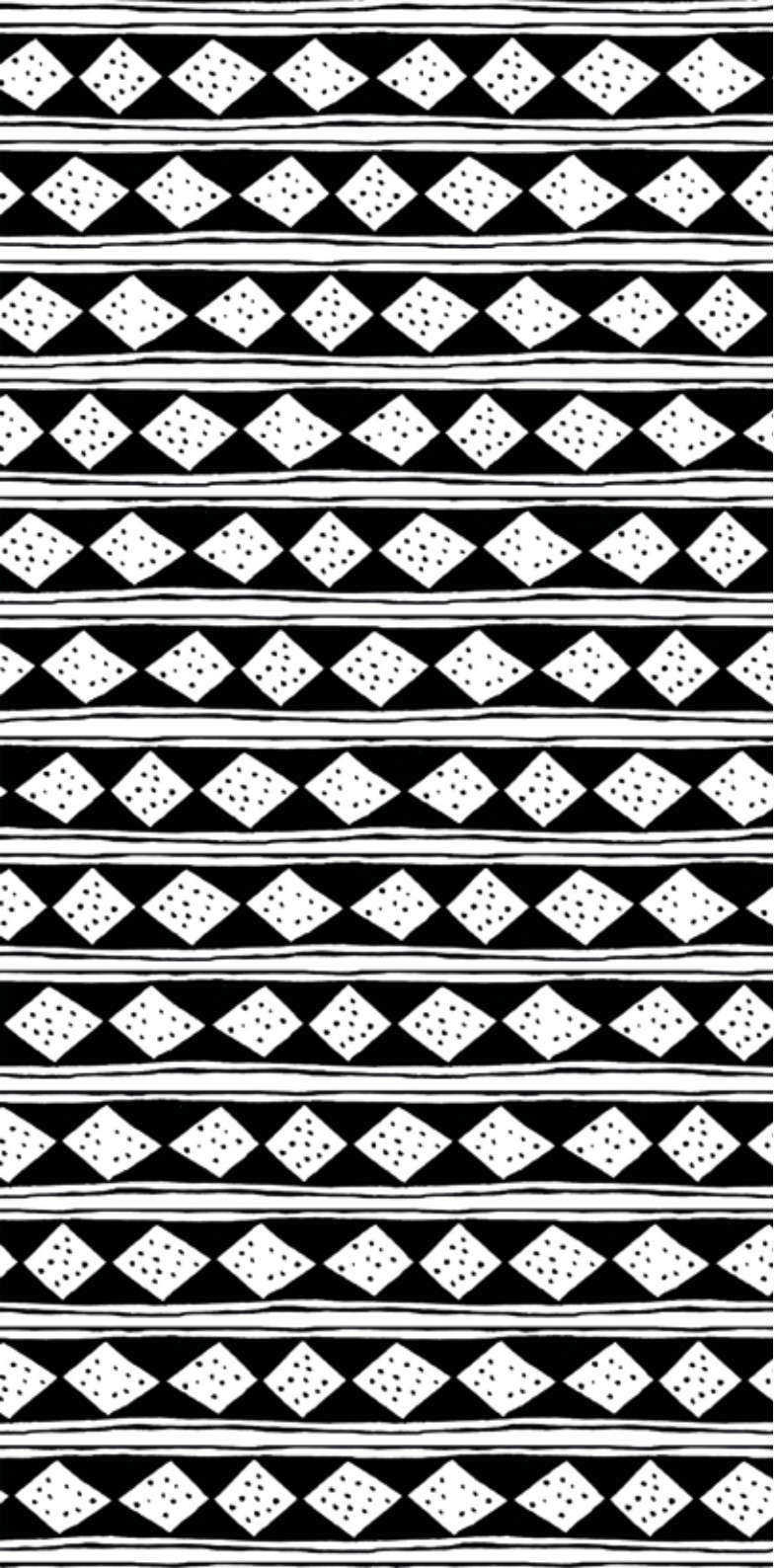
**Edição e revisão**

Igor N. Richwin Ferreira
Hilton S. Nascimento
Luísa Molina

**Design gráfico**

Usha Velasco

2018



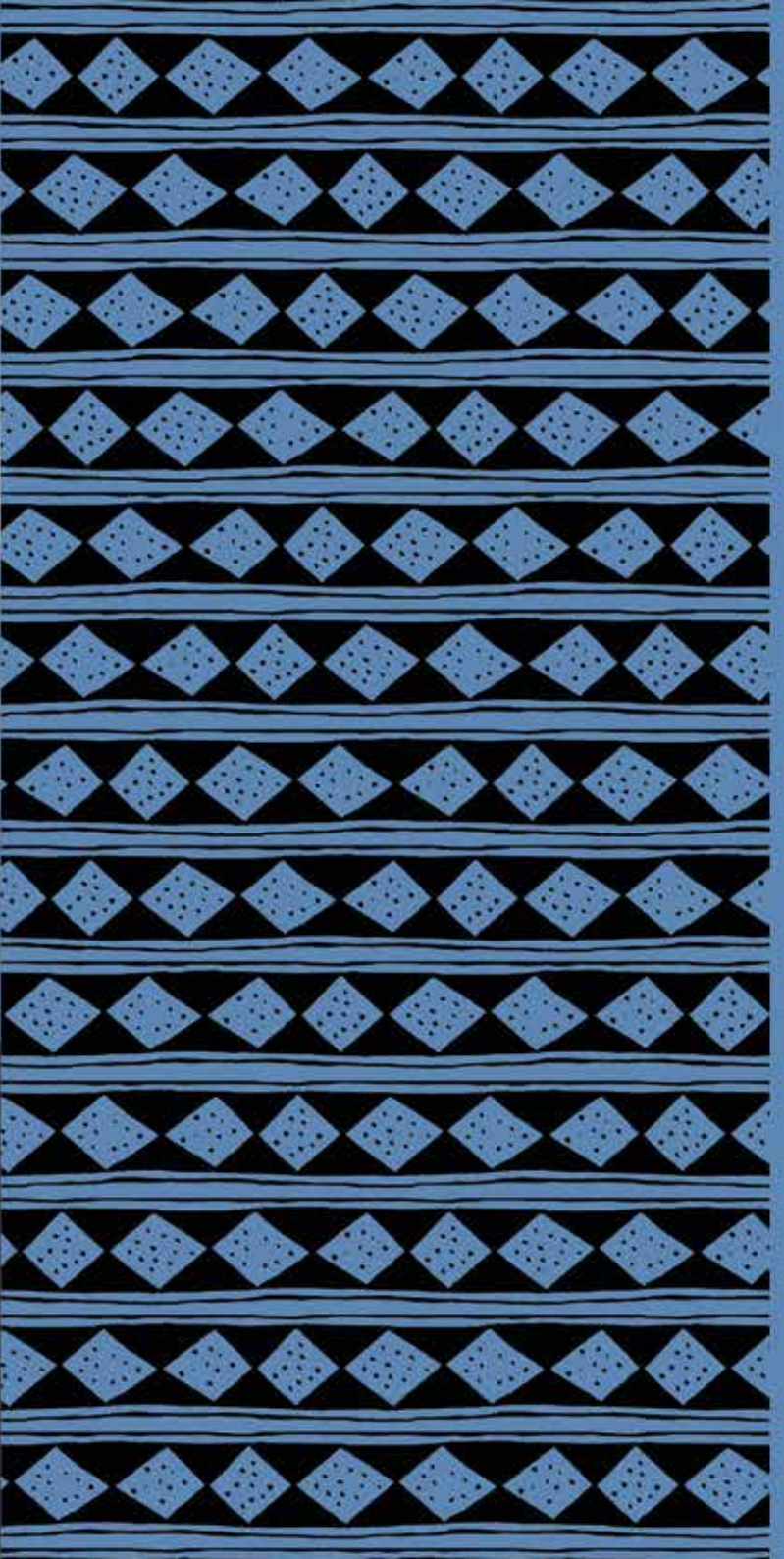
PLANO DE GESTÃO
TERRITORIAL E AMBIENTAL

# Volta Grande do Xingu

Terras indígenas Paquiçamba,
Arara da Volta Grande do Xingu e
Área Indígena Juruna do Km 17

**Castanheira ao entardecer na TI Paquiçamba**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO



# Sumário


APRESENTAÇÃO
Ferramentas para diálogo
e promoção de direitos.....6

INTRODUÇÃO
A Volta Grande do Xingu
e suas comunidades.....14

EIXO 1
Território.....28

EIXO 2
Atividades produtivas, soberania
alimentar e geração de renda.....42

EIXO 3
Governança.....56

EIXO 4
Cultura.....62

EIXO 5
Educação.....72

EIXO 6
Saúde.....82

PARA SABER MAIS
Sobre a Volta Grande do Xingu
e os povos Juruna e Arara.....92

**Natanael Juruna, da aldeia Mïratu, elaborando um etnomapa da TI Paquiçamba**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Apresentação

# Ferramentas para diálogo e promoção de direitos

- O que é um PGTA e por que construi-lo
- A construção do PGTA e o conceito de gestão territorial para as comunidades da Volta Grande do Xingu
- Fortalezas e desafios para a gestão territorial na Volta Grande do Xingu

## O que é um PGTA e por que construi-lo

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) são importantes instrumentos para implementar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – uma política pública que busca apoiar os modos indígenas de gerir os seus territórios, e tem como principais diretrizes o protagonismo e a autonomia desses povos. Com os PGTAs, cada povo pode refletir sobre os seus problemas, definir as suas prioridades, estabelecer acordos e traçar diretrizes e ações para que o seu futuro esteja sob a sua própria determinação. Ou seja: a construção de um Plano segue necessariamente as especificidades de cada experiência indígena de gestão do território, além das características sociopolíticas, econômicas e culturais de cada povo.

### Proteção, recuperação, conservação e uso sustentável

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi instituída pelo decreto presidencial nº 7.747, de 5 de junho de 2012. O seu objetivo é "garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente". Além dos PGTAs, as principais ferramentas da PNGATI são o etnomapeamento (que identifica as áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva) e o etnozoneamento (que categoriza essas mesmas áreas, a partir do etnomapeamento).

Ao dar visibilidade ao modo de vida de cada povo – sua cultura e organização sociopolítica; seus conhecimentos tradicionais e jeitos próprios de cuidar do território –, esses Planos oferecem ferramentas tanto para estabelecer diálogos dentro das comunidades, como para embasar e ampliar a interlocução dos grupos indígenas com o poder público e demais atores. Assim, ao mesmo tempo em que promovem a valorização do conhecimento de cada povo e contribuem para a formação de acordos internos, os PGTAs buscam fortalecer as organizações indígenas e construir caminhos para promover segurança territorial e alimentar, geração de renda, saúde, educação e demais direitos sociais.

O PGTA da Volta Grande do Xingu (VGX) foi elaborado para auxiliar as comunidades a planejar o futuro e delinear diretrizes e ações para viver de acordo com as suas próprias resoluções. Em sua construção, os indígenas refletiram amplamente sobre a sua realidade, avaliando os desafios enfrentados atualmente e as oportunidades que vislumbram. Com isso, foram definidos os eixos e os modos nos quais a gestão territorial se centrará, traçando estratégias para colocar em prática o planejamento. É nesse sentido que o PGTA visa contribuir também para a interlocução entre os indígenas da Volta Grande do Xingu e atores externos. Ao explicitar a importância do território tradicional e identificar as prioridades, este Plano fornece as bases para que diálogos e acordos diversos sejam feitos.

Um dos princípios que norteou a elaboração deste PGTA é o da autodeterminação – o direito dos povos indígenas de definir livremente a sua identidade e de elaborar os seus projetos de vida específicos, de acordo com a cultura de cada povo e com a indicação do que é prioritário em cada caso.

Gestão territorial e ambiental não se separam, portanto, da cultura e da identidade de um povo. Do mesmo modo, os direitos indígenas a terra estão intimamente vinculados aos modos de vida específicos de cada povo. Segundo o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Trata-se do "direito à diferença": o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, das especificidades socioculturais de cada povo indígena e dos modos que esses povos vivem em suas terras e cuidam delas.

## A construção do PGTA e o conceito de gestão territorial para as comunidades da Volta Grande do Xingu

Segundo registros históricos, os Juruna e Arara coabitam a Volta Grande do Xingu e mantêm relações entre si (de casamento, compadrio, trocas etc.) há séculos, mantendo diferenciadas as suas identidades étnicas e as suas singularidades. A partilha do território entre os Juruna e Arara se expressa nos principais elementos que caracterizam os modos de vida próprios dos dois povos, como se vê no profundo conhecimento que têm dos ambientes e dos recursos desse território; nas atividades de produção e de gestão que tradicionalmente praticam (ver Eixo 2) etc.. Além disso, os Juruna e Arara têm vivido conjuntamente as significativas transformações promovidas sobre a VGX ao longo dos séculos – tanto no que diz respeito aos diversos ciclos econômicos que marcaram a história da região, como no que concerne aos movimentos internos de organização e luta por garantia de direitos. Nesse sentido, destacam-se os avanços dos indígenas em articularem-se politicamente (ver Eixo 3), fortalecendo suas culturas e identidades (ver Eixo 4), e traçando os rumos para conquistar plenamente o acesso à educação e atendimento à saúde diferenciados (ver Eixos 5 e 6). Assim, o PGTA da Volta Grande do Xingu foi elaborado como um instrumento único que abrange as TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17.

Entre 2016 e 2017 foram realizadas atividades de etnomapeamento e etnozoneamento, oficinas e reuniões participativas com o objetivo de formular diretrizes e traçar ações para este Plano. Outro objetivo foi desenvolver análises diagnósticas e levantar dados. A preocupação com a profundidade das informações apresentadas guiou a criação deste documento desde o início, pautando a própria organização das atividades e articulando-se diretamente aos princípios do protagonismo e da autodeterminação indígena. Cada oficina promoveu momentos de reflexão coletiva acerca da realidade vivida nas comunidades indígenas e na região e propiciaram ricos encontros dos povos da Volta Grande do Xingu com indígenas de outras regiões. Estes apresentaram as suas experiências e conhecimentos sobre diversos temas e iniciativas relacionadas à gestão territorial indígena e organização política aos anfitriões Arara e Juruna, que então tiveram mais referências para elaborar as diretrizes e ações deste PGTA, e puderam avaliar os principais desafios e as oportunidades que encontrariam pela frente, na gestão de suas TIs.

O próprio conceito de gestão territorial indígena foi construído coletivamente, durante as oficinas do PGTA, e teve

> "O PGTA foi elaborado para auxiliar as comunidades a planejar o futuro e delinear diretrizes e ações para viver de acordo com as suas próprias resoluções. Em sua construção, os indígenas refletiram amplamente sobre a sua realidade."

**Meninas Arara da aldeia Guary-duan brincando em uma mangueira**

FOTO: RENATA UTSUNOMIYA

como base a vivência cotidiana dos indígenas e os desafios apresentados pela inserção de grandes empreendimentos na Volta Grande do Xingu. Partindo da ideia de que gestão envolve buscar conhecimento, planejar, definir papéis e fazer acontecer, os Arara e Juruna chegaram à definição de gestão territorial indígena como "cuidar para que os indígenas tenham uso exclusivo e segurança desse território. Para garantir o futuro das crianças e do modo de vida de um povo". Essa definição guiou a elaboração das diretrizes e a determinação das ações que constam neste Plano, demonstrando que a gestão envolve uma atenção sobre todos os aspectos da vida das comunidades indígenas: não apenas sobre terra indígena (o lugar onde se vive de maneira protegida, conforme determinaram os participantes das oficinas), mas também sobre a cultura (entendida como o modo de vida indígena), sobre sua identidade, educação, saúde etc.

> "O que a gente tá fazendo aqui é um meio da gente se organizar. Até hoje a gente não estava organizado. Não foi feita uma conversa com calma, hoje está dando certo realmente. Eu acho que é o momento das comunidades se organizarem. Para gente ter mais conhecimento do nosso direito. Sempre vieram com divisão de coisas paras as lideranças e eles aceitavam, assim estava bom, eles nem sabiam dos nossos direitos. Aí a importância da gente se organizar." (Eliete Juruna, da aldeia Paquiçamba).

A Volta Grande do Xingu passou por intensas e rápidas transformações nas últimas décadas – sendo a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte um dos principais e mais complexos propulsores de mudança. As comunidades indígenas da região têm vivido diretamente os efeitos dessas transformações, junto com outros processos – internos e externos – referentes aos seus modos de vida, suas identidades e sua relação com o território e os recursos naturais.

Atentar para toda essa trama de efeitos e processos é fundamental na elaboração do PGTA: é justamente a partir da realidade vivida que se dá a determinação do que se deseja para o futuro. Por isso, na construção do Plano buscou-se construir avaliações específicas de elementos internos e externos que contribuem ou dificultam a gestão territorial e ambiental, e também a vida dos indígenas de maneira geral. Cada eixo temático apresentado aqui traz análises diagnósticas nesse sentido – que então são seguidas por quadros com diretrizes e ações determinadas pelos indígenas.

> "O Plano serve para pensar no futuro das crianças. Se eu não cuidar da terra, daqui uns anos não tem mais. Vou tirar umas fotos do Xingu para guardar, meus netos vão conhecer só por foto."
>
> (Ronaldo Juruna, da aldeia Furo Seco)

**Menino Juruna da aldeia Boa Vista participando da plantação em uma roça**

FOTO: JACKSON DE BARROS

**Periquito de estimação na aldeia Mïratu**

FOTO: ESTHER MESQUITA

**Dona Iracema dos Passos, da aldeia Terrawangã, debulhando milho com sua neta**

FOTO: RINALDO SANTANA

Introdução

# A Volta Grande do Xingu e suas comunidades

- A região, o rio e seus ambientes
- Histórico de ocupação e transformações na região
- O Século XX e a luta pela sobrevivência
- População e demarcação
- TI Paquiçamba e AI Juruna do Km17
- A TI Arara da VGX

**Vista aérea do rio Xingu**

FOTO: IGOR RICHWIN

## A região, o rio e seus ambientes

Com aproximadamente 130 km de extensão – onde o rio Xingu (um tributário da margem direita do rio Amazonas), faz uma volta antes de atingir a grande planície amazônica –, a VGX é o território de ocupação tradicional dos Juruna e Arara há mais de cinco séculos. Trata-se de uma região de clima tropical, quente e úmido, com temperaturas médias entre 25ºC e 27ºC. Há nela uma presença marcante de ilhas, cachoeiras, corredeiras e pedrais, formados em decorrência de diversos eventos geológicos que propiciam a formação de uma ampla gama de ambientes aquáticos e, consequentemente, uma grande riqueza faunística. Esses ambientes passam por grandes transformações ao longo do ano, em função das diferenças no volume de água e das áreas inundadas.

**Vista da aldeia Furo Seco**
FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Podemos separar a complexidade de ambientes da região reconhecidos pelos Juruna e Arara em três grandes grupos: terra (como "terra firme", e em oposição às ilhas), ilhas e ambientes aquáticos. Os aquáticos são a maioria dos ambientes reconhecidos pelos indígenas, que os definem a partir de uma série de características – sendo as principais o nível da água (que os faz aparecerem ou desaparecerem), a velocidade da correnteza, a presença de pedras e sua navegabilidade. Assim, há ambientes exclusivos do inverno ou do verão, e há também outros, que ocorrem em ambas as estações.

### O rio Xingu

O Xingu é um rio de águas claras, cuja produtividade depende, em boa parte, dos materiais provenientes das florestas inundáveis em suas ilhas e encostas. Suas vazões mínimas e máximas já registradas foram de 444 $m^3/s$ e 30.129 $m^3/s$ (Isaac et al., 2008). Seus ciclos hidrológicos são:

- Cheia – março a maio
- Vazante – junho a agosto
- Seca – setembro a novembro
- Enchente – dezembro a fevereiro

Seu principal afluente no trecho da Volta Grande é o rio Bacajá, com um canal de pouca sinuosidade, uma carga de sedimentos maior que a do rio Xingu e com características aparentes de um rio de águas brancas. Essas características promovem altas taxas de endemismos entre os peixes da região, além de grande dependência de muitos desses animais ao pulso hidrológico do rio. A pobreza da produção primária dessas águas é substituída, no período de chuvas, por uma grande produção de frutas nas áreas com vegetações inundadas. Ou seja: o período de cheia é o principal período de alimentação, crescimento e acúmulo de reserva, que faz com que os peixes resistam ao período de estiagem e à escassez de alimento disponível. Ademais, o regime de cheia e seca do rio Xingu também determina uma complexa relação de acesso da fauna terrestre (como paca, tatu e veados) aos recursos disponíveis nas ilhas.

**Cachoeira na região do Jericuá**

FOTO RENAN ARNAULT

QUADRO 1: AMBIENTES DA VOLTA GRANDE DO XINGU RECONHECIDOS PELOS POVOS JURUNA E ARARA DA VGX

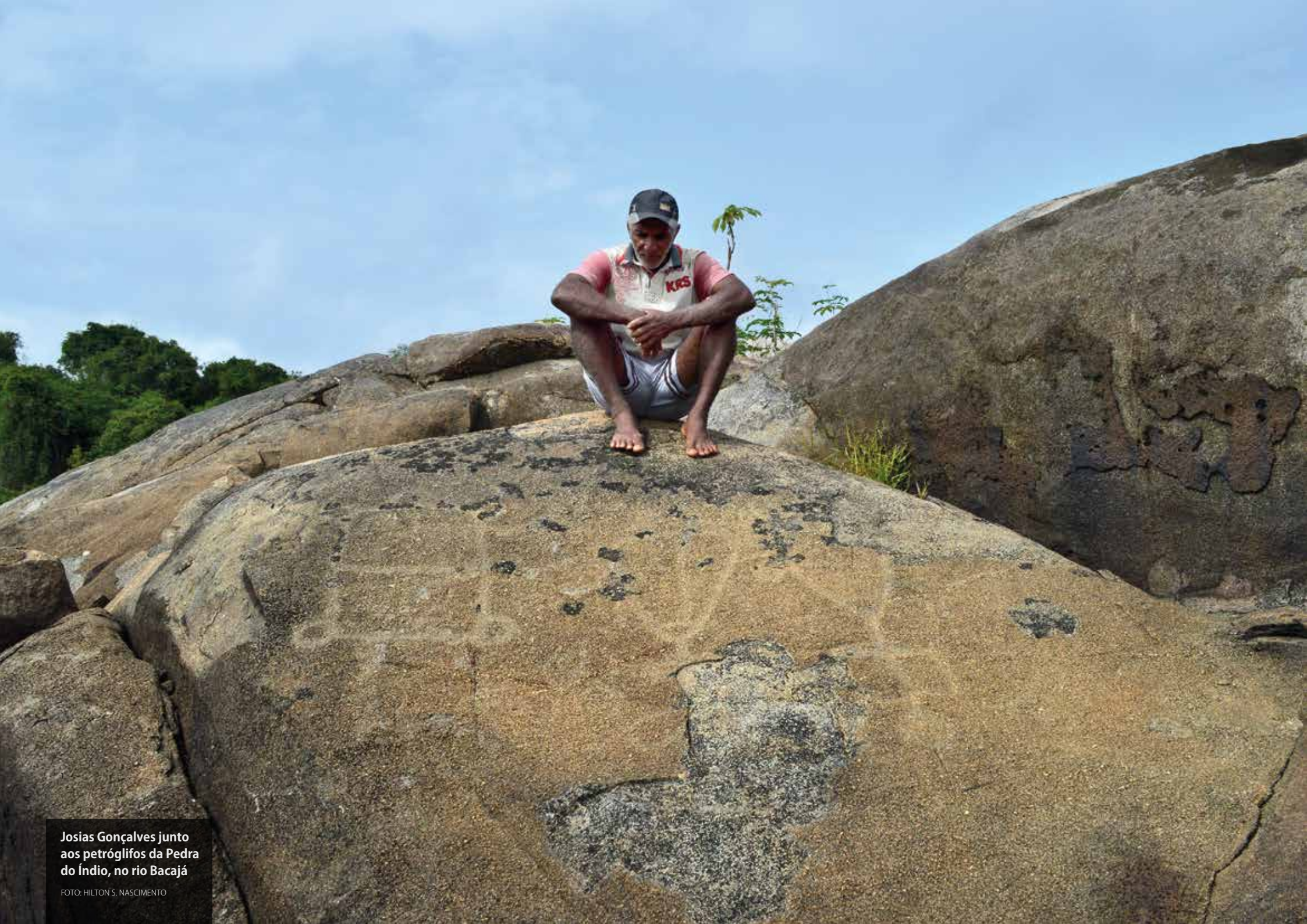
| AMBIENTE | CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS | PERÍODO DE OCORRÊNCIA |
|---|---|---|
| Pedral | Lajeiro grande e contínuo de pedras. | Verão |
| Sequeiro | Local raso ou seco com pedrais intercalados por pequenas áreas de praia e pequenos fios d'água. | Verão |
| Furo | Canal estreito de água por onde, na maior parte das vezes se pode navegar para outros locais. | Inverno |
| Poço | Locais profundos com mais de 5 metros no verão e de 15 a 20 metros no inverno. | Inverno e verão |
| Cachoeira | Local relativamente extenso com muitas pedras, onde a água corre muito forte, sendo difícil e perigosa a navegação. Existem cachoeiras que formam quedas d'água e outras não. | Inverno e verão |
| Correnteza | Pequena porção do rio onde a água corre mais forte. | Inverno e verão |
| Canal | O local mais fundo do Xingu, onde se localiza a parte principal do seu leito e onde se pode navegar tranquilo tanto no inverno como no verão. O canal do Xingu se localiza mais próximo da TI Arara da VGX. | Inverno e verão |
| Rebojo | Local onde a água fica "torcendo", devido ao encontro da força da água com pedras no fundo provocando grande movimentação da água. | Inverno e verão |
| Remanso | Local onde a água não corre, ficando parada. Ocorre quase sempre associado com a ressaca (uma entrada ou volta parecida com uma pequena baia) ou mesmo em locais onde tem muitas árvores e arbustos que "empatam" a água. | Inverno e verão |

| AMBIENTE | CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS | PERÍODO DE OCORRÊNCIA |
|---|---|---|
| Sarobal/Saroba | Área de pedras e praias de areia grossa, coberta por árvores baixas e arbustos espaçados, com ocorrência de muita fruteiras. No inverno fica coberta pela água. Saroba é a vegetação do sarobal. | Inverno e verão |
| Ilha | Porção de terra com mata sendo rodeada de água no verão. No inverno algumas ilhas podem ficar cobertas pela água com apenas a vegetação à mostra. Algumas ilhas possuem pedaços de terra firme. | Inverno e verão |
| Restinga | Pequena área mais elevada nas ilhas sujeitas a inundação e que demoram mais tempo para serem cobertas pelas águas sendo por isso local onde muitos animais se refugiam. | Inverno |
| Beiradão | Parte da beira da terra onde a mata se encontra com a beira do rio. | Inverno e verão |
| Igapó | Vegetação de mata limpa localizada à beira da terra e ilhas quando inundadas. No verão vira um baixão. | Inverno |
| Lagoa/campo | Área baixa e aberta coberta por vegetação de capim natural no verão quando é um campo e que inunda no inverno quando então vira lagoa. | Lagoa no inverno e campo natural no verão |
| Baixão | É a área do igapó no verão. Existem dois tipos de baixão, o da beira da terra e ilhas que viram igapó no inverno e o do "centro" da mata, que é sempre um baixão, nunca virando igapó. | Verão na beira da terra e ilha e inverno e verão dentro da mata |
| Mata cerrada | Mata baixa, suja e cerrada com muitos cipós e difícil de andar. Ocorre tanto na ilha como na terra. | Inverno e verão |
| Morro | Área elevada que existe na terra e em algumas ilhas e que nunca são inundadas. | Inverno e verão |

| AMBIENTE | CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS | PERÍODO DE OCORRÊNCIA |
|---|---|---|
| Mata alta ou limpa | Mata com sub-bosque limpo formado por árvores mais altas e que nunca inunda. | Inverno e verão |
| Açaizal | Áreas com concentração de açaí de touceira nos baixos próximos às grotas no “centro” da mata. | Inverno e verão |
| Bacabal | Área com concentração de bacaba nos morros tanto da terra como das ilhas. | Inverno e verão |
| Castanhal | Área com concentração de castanha-do-pará, ocorrendo quase sempre no meio da área de mata limpa. | Inverno e verão |
| Golosal | Área com concentração da fruteira golosa nos baixos/igapós. | Inverno e verão |
| Cocal ou palhal | Área com concentração de babaçu, nos morros e capoeiras. | Inverno e verão |
| Paxiubal | Área com concentração de paxiuba. | Inverno e verão |
| Capoeira ou juquira | Área de vegetação secundária em processo de regeneração florestal após o abandono de alguma roça ou pasto. | Inverno e verão |

**Beira do rio Xingu, em frente à aldeia Mïratu**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO



**Josias Gonçalves junto aos petróglifos da Pedra do Índio, no rio Bacajá**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

## Histórico de ocupação e transformações na região

Embora sejam escassos os registros históricos sobre os Juruna durante os séculos XVII e XVIII, há indícios de sucessivas tentativas de aldeamento feitas pelos missionários jesuítas, e escravização promovida pelas expedições de tropas portuguesas e entradas paulistas – que sempre se depararam com a resistência dos indígenas. Além disso, documentos de 1625 da Coroa portuguesa registram a presença dos Juruna na região da foz do rio Xingu com o Amazonas – onde, segundo a mitologia desse povo, o herói mítico Cinaã criou os homens.

Na segunda metade do século XVII há a ascensão das drogas do sertão para a economia do Pará, e a região do Xingu ganha proeminência por ser rica em cravo de casca. Novos conflitos envolvendo os Juruna e os portugueses então ocorrem, provocando reações da Coroa, com o envio de expedições punitivas.

Em 1750 foi fundada a Missão de Tavaquara, que deu origem à cidade de Altamira e que já contava com a presença dos Juruna. Abandonada pouco depois de sua criação (com a morte dos padres em decorrência de conflitos com os indígenas), a missão foi refundada em 1841, e diversos grupos indígenas – entre eles, grupos Juruna – foram aldeados. No ano seguinte o Príncipe Adalberto da Prússia visitou a missão e deixou em seus diários as primeiras descrições detalhadas sobre o modo de vida dos Juruna, registrando a existência de pelo menos 23 malocas desse povo acima das cachoeiras. Naquela época, as relações entre esses indígenas e os colonizadores, até então conflituosas, estavam se transformando, dando espaço para o estabelecimento de trocas – como demonstram os registros da utilização de contas azuis e ferramentas de trabalho, ou mesmo da adoção, pelos indígenas, de nomes na língua portuguesa. Além disso, os Juruna também se aproximavam paulatinamente dos missionários.

É nesse contexto de relações mais próximas entre indígenas e não indígenas que surgem em 1853 as primeiras notícias, nos documentos históricos, sobre o povo Arara – que tradicionalmente eram povos do centro da mata, enquanto os Juruna são remanescentes da civilização de povos canoeiros do médio Xingu. As narrativas míticas dos Arara apontam a margem direita do Xingu (ao lado de onde é hoje a TI Arara da VGX, justamente) como o lugar onde o mundo atual e o povo Arara teria começado, e de onde os subgrupos teriam se dispersado. Em meados do século XIX, o subgrupo Arara que deu origem aos Arara da VGX sai "de dentro da mata" e se estabelece nas ilhas da Volta Grande: local estratégico para se protegerem dos ataques dos Kayapó e Asurini que circulavam pela região.

É ainda em meados do século XIX, e com sua descida para a beira do rio Xingu, que os Arara intensificam relações com os Juruna. Em 1896, no contexto do 1º Ciclo da Borracha, o explorador Henri Coudreau registrou o início de intensas transformações na região, decorrentes da exploração de seringa: em toda a região do médio Xingu havia 1.351 pessoas envolvidas nessa atividade, sendo que só na Volta Grande, registrou-se 63 colocações, com 362 trabalhadores. Junto com o expressivo aumento populacional de não-indígenas no médio Xingu vieram epidemias e as lutas que impactaram drasticamente as comunidades indígenas, cujos territórios haviam sido invadidos.[1]

> "Até hoje a gente não estava organizado. Não foi feita uma conversa com calma, hoje está dando certo realmente. Eu acho que é o momento das comunidades se organizarem. Para gente ter mais conhecimento do nosso direito."

[1] Para referências bibliográficas sobre a região da VGX, sua história e história das comunidades indígenas, conferir a seção "Para saber mais", p. 92.

## O Século XX e a luta pela sobrevivência

Como consequência desses eventos, os Arara e Juruna foram submetidos ao trabalho na seringa ou foram incorporados aos povoados caboclos – tendo muitas de suas mulheres sido entregues para casamento com seringueiros. No entanto, diante da situação insustentável, um grupo de 45 indígenas Juruna subiu para o alto Xingu, onde foi contatado pelos irmãos Villas-Bôas (na área do futuro Parque Indígena do Xingu), em 1949. Um grupo menor, liderado pelo cacique Mïratu, decidiu ficar nas ilhas da Volta Grande, protegidos pelas perigosas cachoeiras da região. As doze pessoas que permaneceram ali deram origem às comunidades Juruna da VGX, que hoje totalizam 328 indivíduos, residentes da TI Paquiçamba e AI Juruna do Km 17.

Nesse período de forte pressão, luta por sobrevivência e miscigenação ao qual estavam submetidos – e que se estendeu ao longo do 2º Ciclo da Borracha, com uma nova leva de imigração massiva de trabalhadores para a região –, tanto os Juruna como os Arara são levados a criar estratégias de invisibilidade étnica e cultural, com vistas à garantia de, pelo menos, sua reprodução física. Faz parte ainda desse contexto – a partir da segunda metade do século XX – a participação de ambos os povos nas atividades de caça de "gatos" para o mercado internacional de peles, o garimpo e pesca comercial. Em decorrência desses processos e de arranjos socioeconômicos e políticos desfavoráveis para os indígenas, os Juruna e Arara perderam elementos centrais de sua cultura tradicional, como as suas línguas – que, todavia, estão lutando para recuperar (ver Eixo 5).

"Nesse período de forte pressão e miscigenação ao qual estavam submetidos, tanto os Juruna como os Arara são levados a criar estratégias de invisibilidade étnica e cultural, com vistas à garantia de, pelo menos, sua reprodução física."

Com a construção e a abertura da rodovia Transamazônica, entre as décadas de 1970 e 1980, há uma nova leva de colonização na região, com efeitos drásticos: alto índice de desmatamento para a abertura de fazendas; invasão e pressão crescentes nos territórios Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu; e o dramático contato, em 1981, com os últimos subgrupos Arara que se concentravam na margem esquerda do rio Iriri, até então isolados. Após os ciclos da borracha e a construção da Transamazônica, considera-se o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Xingu como o terceiro grande processo de transformação dos povos indígenas da região e de seus territórios, que começou a despertar interesses já na década de 1970.

## População e demarcação

Atualmente os Juruna habitam a TI Paquiçamba e AI Juruna do Km 17, no município de Vitória do Xingu e os Arara habitam a TI Arara da Volta Grande do Xingu, no município de Senador José Porfirio. A população das áreas citadas acima soma 533 indígenas distribuídos em sete aldeias. Mas há ainda famílias Juruna e Arara vivendo em Altamira, que podem retornar ao território tradicional. De fato, registrou-se um retorno expressivo de indígenas entre 2014 e 2017: a população da TI Paquiçamba dobrou nesse período, passando de 111 para 208 pessoas, enquanto a TI Arara da VGX passou de 148 moradores em 2015, para 205 em 2017. A AI Juruna do Km 17 passou de 38 habitantes em 2008 para 120 habitantes em 2017.

A demografia das terras indígenas da VGX é bastante complexa: há uma intensa dinâmica migratória para a cidade de Altamira, geralmente motivada por oportunidades de trabalho e estudo. A população dessas aldeias é basicamente formada por jovens e adultos com menos de 40 anos de idade. Também residem nas aldeias algumas famílias indígenas de outros povos (como Xipaya, Curuaia e até alguns Kayapó), além de não indígenas casados com os Juruna e Arara.

As TIs Paquiçamba e Arara da VGX ocupam uma região às margens do rio Xingu; já a AI Juruna do Km 17 se localiza em uma área diminuta, localizada à beira da estrada que liga Altamira a Vitória do Xingu: a PA-415. Os processos de reconhecimento e demarcação dessas terras correram em diferentes momentos, e mesmo que tenha havido avanços, esses processos não foram finalizados. É preciso concluir a regularização fundiária das duas áreas destinadas ao povo Juruna da AI Juruna do Km 17, e demarcar e homologar os novos limites da TI Paquiçamba, revistos em 2014. Além disso, é preciso retirar e indenizar ainda os ocupantes não-indígenas que se encontram nas TI Paquiçamba e Arara da VGX.

## TI Paquiçamba e AI Juruna do Km17

A demarcação da Terra Indígena Paquiçamba – formada pelas aldeias Paquiçamba, Furo Seco e Mïratu, e localizada na margem esquerda do rio Xingu – foi iniciada no ano de 1983, quando se intensificaram os conflitos entre indígenas Juruna e famílias de colonos e ribeirinhos após a abertura da rodovia Transamazônica. Os limites propostos naquele ano foram revistos em 1990, e a TI foi homologada com 4.348 hectares pelo Decreto nº 388 de 24/12/1991. Em 2014, a Portaria nº 904 do Ministério da Justiça reconheceu novos limites à TI Paquiçamba (somando 15.733 de hectares), mas a nova demarcação física da área segue pendente. A ampliação dos limites

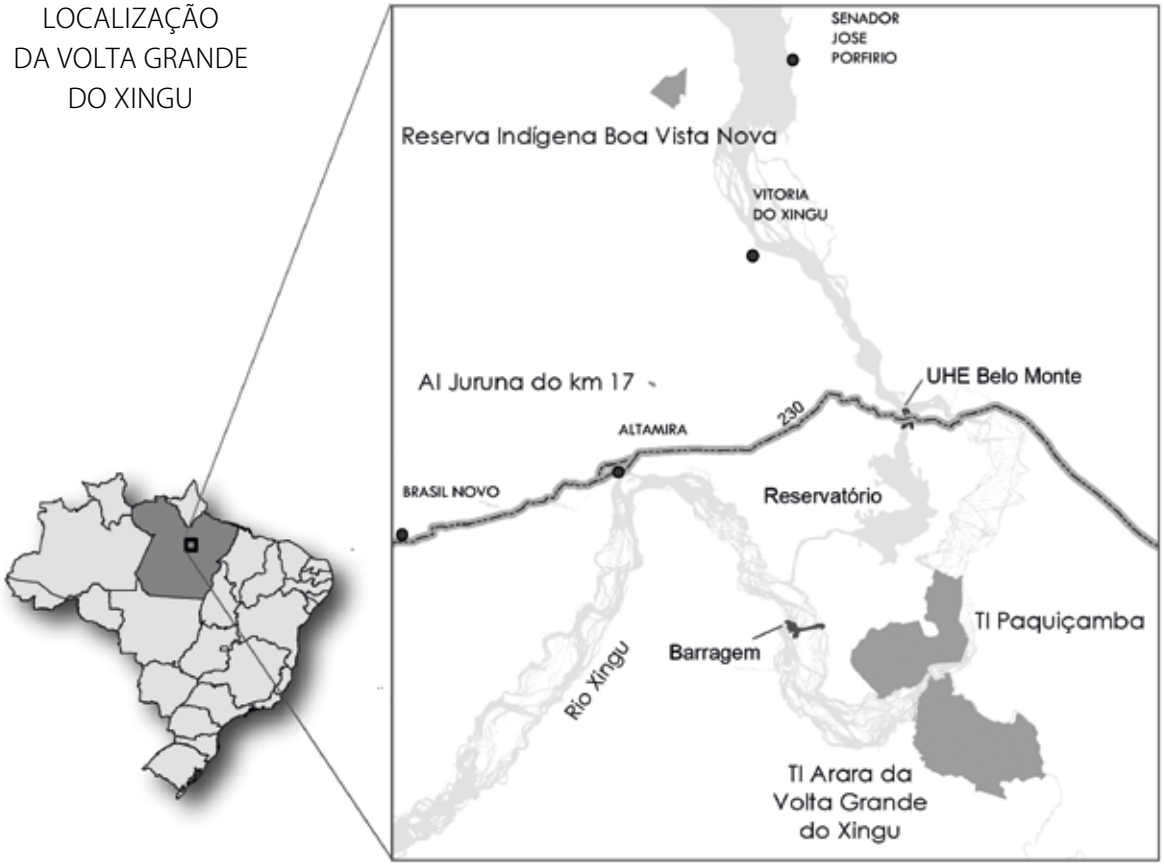
QUADRO 2: POPULAÇÃO INDÍGENA DA VGX (DADOS DE OUTUBRO DE 2017)

| POVO | ÁREA INDÍGENA | ALDEIA | POPULAÇÃO |
|---|---|---|---|
| Juruna | TI Paquiçamba | Paquiçamba | 78 |
| | | Mïratu | 78 |
| | | Furo Seco | 52 |
| | AI Juruna do Km 17 | Boa Vista | 120 |
| SUB TOTAL JURUNA | | | 328 |
| Arara | TI Arara da VGX | Terrawangã | 135 |
| | | Guary-duan | 58 |
| | | Itkoum | 12 |
| SUB TOTAL ARARA | | | 205 |
| TOTAL | | | 533 |

se deu no contexto da instalação da UHE de Belo Monte e seguiu uma solicitação expressa dos indígenas, em carta enviada à Funai, em 2000:

> "Nosso povo necessita urgentemente da ampliação de nosso território até as antigas cachoeiras do Paquiçamba que consideramos um dos locais de maior representatividade simbólica religiosa do povo Juruna, principalmente por ainda existir nesses locais inúmeras evidencias (pinturas, cacos de panelas, entre outros) da presença Juruna nessa região."

LOCALIZAÇÃO DA VOLTA GRANDE DO XINGU




Já a AI Juruna do Km 17 (onde se localiza a aldeia Boa Vista) foi formada no fim do 2º Ciclo da Borracha, a partir da aquisição de um terreno por Dona Francisca Juruna, casada com um seringueiro. Os descendentes de Dona Francisca Juruna solicitam junto a FUNAI, desde o ano 2000, a regularização fundiária daquela área – processo que ainda não foi concluído. Em 2015, no contexto das condicionantes do processo de licenciamento da UHE Belo Monte, os Juruna do Km 17 conseguem outra área com 2.200 ha, localizada no município vizinho de Porto de Moz, onde se situa a aldeia Boa Vista Nova, contudo, a área ainda precisa ser devidamente regularizada.

## A TI Arara da VGX

O processo de demarcação da TI Arara da VGX foi particularmente complexo porque em meio ao projeto de colonização oficial do governo brasileiro, grande parte das terras dos Arara foi transformada em lotes. A regularização fundiária dessa TI se iniciou em 2004, e em 17 de abril de 2015 – já no âmbito da implantação da UHE Belo Monte – foi homologada a área de 25.524,59 ha (incluindo 10 ilhas à beira do rio Xingu e uma ilha no rio Bacajá). Atualmente, a TI Arara da VGX é formada por três aldeias: Terrawangã (que tem o mais antigo histórico de ocupação, remontando há mais de 50 anos), Guary-duan e Itkoum.

**Mulheres e meninas pescando à beira da aldeia Furo Seco**

FOTO: GUSTAVO CERQUEIRA

Eixo 1

# Território

- Desafios ambientais das terras indígenas da VGX
- Proteção territorial
- Recursos pesqueiros e navegabilidade
- Monitoramento participativo
- Desafios internos: gestão de recursos naturais e de ambientes

**Vista da beira da aldeia Furo Seco durante o período da cheia**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

## Desafios ambientais das terras indígenas da VGX

As Terras Indígenas (TIs) da Volta Grande do Xingu enfrentam, hoje, um complexo cenário de pressões, ameaças e desafios ambientais que impactam diretamente o modo de vida das comunidades e sua relação com o território. Aliam-se, nesse cenário, grandes empreendimentos[2], pendências na regularização fundiária das TIs, invasões e ocupações irregulares, exploração intensa de recursos naturais e desmatamento. Há, ainda, desafios internos relacionados ao uso de recursos naturais, ao manejo dos espaços destinados à agricultura e à gestão de resíduos sólidos. Diante disso, as comunidades estão elaborando soluções, desenvolvendo projetos e levando à frente ações para lidar com os desafios e seguir vivendo de acordo com as suas próprias determinações.

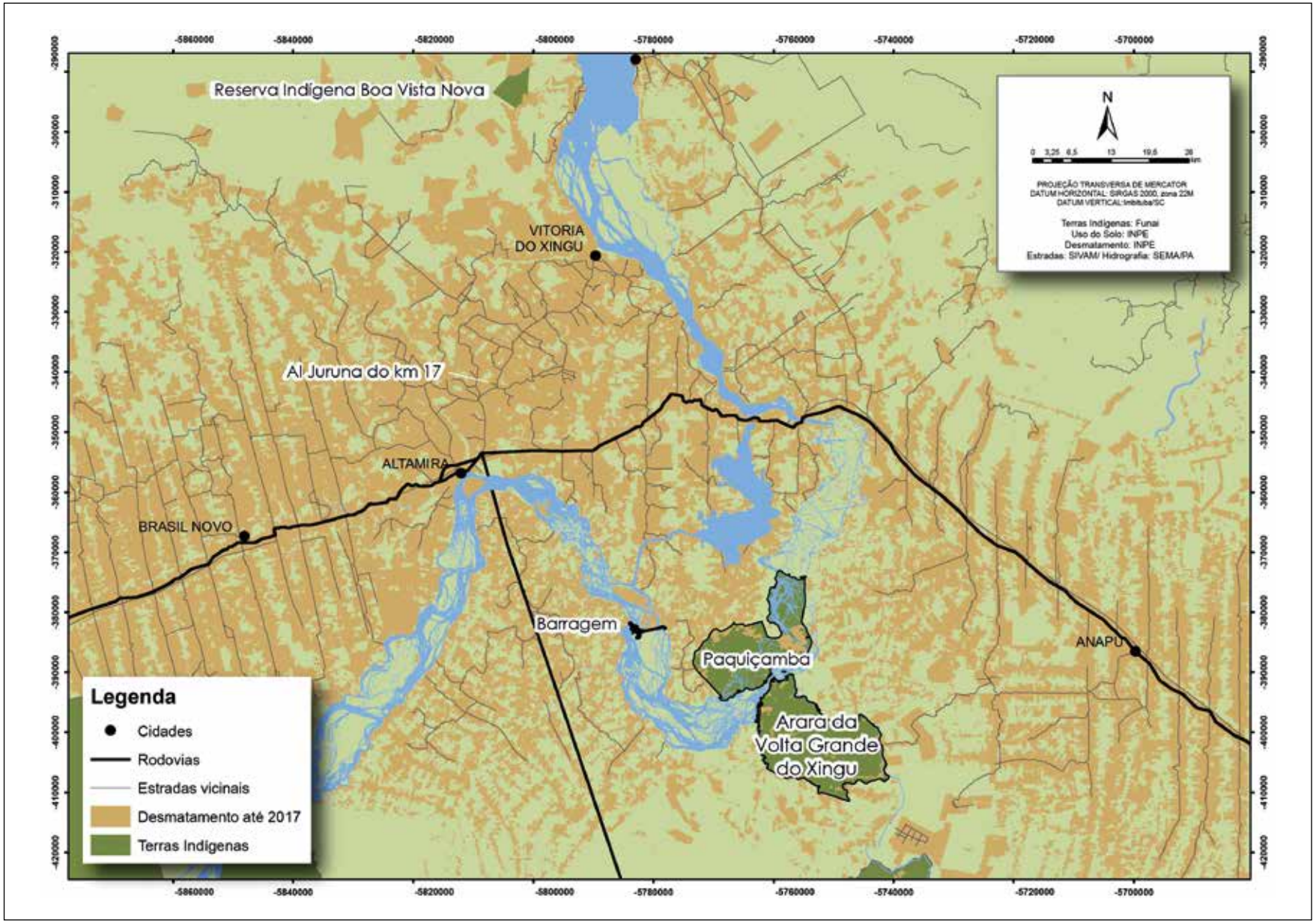
## Proteção territorial

Com a chegada da UHE Belo Monte e a expectativa de implantação da Mineração Volta Grande (Belo Sun) na região, intensificou-se o quadro de vulnerabilidade das TIs da VGX à exploração ilegal de recursos naturais e os conflitos envolvendo indígenas e vizinhos não indígenas, uma vez que o fluxo migratório para a região aumentou, promovendo uma pressão ainda maior sobre essas terras. Outras fontes de pressão sobre a região (especialmente no que diz respeito ao desmatamento e à exploração de recursos naturais) ligam-se à influência da BR-230 (Transamazônica), da PA-415 e da estrada conhecida como Transassurini. Essas estradas, num ambiente de fragilidade fundiária, favorecem investimentos em atividades agropecuárias e atraem imigrantes em busca da posse de terras públicas por meio do desmatamento especulativo – o que promove uma redução expressiva da vegetação em pastos degradados.

Nesse contexto, além de ocupantes não indígenas dentro dos limites das TIs por problemas relacionados à regularização fundiária, é comum a presença de pescadores e caçadores nas proximidades das aldeias, utilizando ilegalmente os mesmos locais de pesca e caça dos Arara e Juruna. Essas atividades alteram significativamente os recursos pesqueiros (já impactados pela instalação da UHE Belo Monte), pressionando também a fauna terrestre, que já vinha sofrendo com os efeitos do desmatamento e da enorme perda de habitat sofrida ao longo das duas últimas décadas.

Uma das respostas levantadas para esse problema (no rol de condicionantes da UHE Belo Monte) é o Plano de Proteção das Terras Indígenas do Médio Xingu – uma estratégia de mitigação dos impactos existentes nas TIs, elaborada pela Funai, que tem como foco os impactos da construção e da operação da usina. No entanto, as medidas de proteção previstas nesse plano ainda são limitadas – seja por falta de diálogo amplo com os indígenas, seja pela ausência de respostas mais efetivas do Estado diante dos ilícitos encontrados nas TIs. Há ainda outras propostas e demandas sendo levantadas pelos indígenas da VGX – como as diretrizes e ações deste PGTA, apresentadas adiante.

[2] Uma das transformações em curso mais expressivas na Volta Grande do Xingu é a construção e operação da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, como demonstram os próprios Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) da usina, realizados nas TIs da região (ver Vieira et al., 2009 e Patrício et al. 2009).


Reserva Indígena Boa Vista Nova
VITORIA DO XINGU
Al Juruna do km 17
ALTAMIRA
BRASIL NOVO
Barragem
Paquiçamba
Arara da Volta Grande do Xingu
ANAPU
N
PROJEÇÃO TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000, zona 22M
DATUM VERTICAL: Imbituba/SC
Terras Indígenas: Funai
Uso do Solo: INPE
Desmatamento: INPE
Estradas: SIVAM/ Hidrografia: SEMA/PA
Legenda
Cidades
Rodovias
Estradas vicinais
Desmatamento até 2017
Terras Indígenas

## Recursos pesqueiros e navegabilidade

Além das transformações sobre os modos de vida das comunidades da VGX, a instalação e operação da UHE Belo Monte estabeleceu o chamado "trecho de vazão reduzida" na Volta Grande do Xingu. Com isso, o volume de água que naturalmente fluía por esse trecho do rio Xingu foi reduzido, em função de parte dessa água ser desviada para a formação de um reservatório. Este cenário começou a desencadear uma série de alterações ambientais que afetam diretamente recursos naturais prioritários para os Juruna e Arara – impactando, assim, a própria relação desses povos com o seu território tradicional.

**Pescador Juruna com uma ariduia/jaraqui**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Entre os principais efeitos da vazão reduzida estão mudanças nas comunidades de peixes e diminuição da oferta de recursos pesqueiros e de tracajás, além de alterações nos locais, nos padrões e nas artes de pesca. Além disso, a vazão reduzida provavelmente afetará as áreas de reprodução, alimentação e refúgio de fauna de diversas espécies de peixe, transformando as áreas propícias para a caça, a vegetação dos pedrais (sarobais) e outras áreas inundáveis – modificando a influência do rio Xingu sobre seus afluentes e sobre os ambientes de grotas e igapós. Esses impactos afetam diretamente outros aspectos estruturantes da organização social e econômica dos povos indígenas da VGX, podendo provocar a substituição de atividades tradicionais por outras formas de subsistência e geração de renda, com forte dependência de recursos externos.

A redução na vazão causa preocupação também no que diz respeito à navegabilidade do Xingu. O rio é parte fundamental da vivência dos indígenas em seu território – não apenas no que diz respeito ao acesso a lugares e paisagens, mas, sobretudo, na experiência cotidiana do modo de vida tradicional das comunidades. Entre setembro e novembro, o nível da água é naturalmente baixo, mas, com a redução da vazão pela barragem, a situação se intensificou, prejudicando a navegação em determinados trechos.

## Trecho de Vazão Reduzida (TVR)

O Trecho de Vazão Reduzida (TVR) se estende por 130 km da região da VGX, a jusante da barragem do sítio Pimental (cuja vazão foi restringida para o aproveitamento hidrelétrico). Em média, a vazão do rio Xingu alcança valores próximos a 700 $m^3/s$ nos meses mais secos, podendo chegar a valores próximos a 30.000 $m^3/s$ nos meses com maior volume de água em alguns anos mais cheios. Agora, com a instalação da UHE Belo Monte e o desvio de grande parte do volume da água para o aproveitamento hidrelétrico, a vazão no TVR é dada pelo hidrograma ecológico de consenso, conforme mostrado no Quadro 1, de acordo com a Resolução nº 48, de 28 de fevereiro de 2011 da Agência Nacional de Águas – ANA, referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. De acordo com o hidrograma de consenso, as vazões médias mensais serão alternadas entre os hidrogramas A e B em anos consecutivos, atendendo às seguintes premissas:

- Caso, em dado mês, a vazão afluente seja inferior à prescrita para os hidrogramas A e B, deve ser mantida no TVR vazão igual à afluente;
- A vazão instantânea no mês de outubro no TVR não poderá ser inferior a 700$m^3/s$, exceto se a vazão afluente o for;
- Nos meses de ascensão do hidrograma, a vazão instantânea no TVR não deverá ser inferior à vazão média prescrita para o mês anterior, exceto caso a vazão afluente o seja;
- Nos meses de recessão do hidrograma, a vazão instantânea no TVR não deverá ser inferior à vazão média prescrita para o mês seguinte, exceto caso a vazão afluente o seja.
- O NA (nível d'água) mínimo do reservatório poderá ser reduzido para atender simultaneamente às condições expressas, quando a vazão afluente for inferior à vazão prescrita para o TVR somada a 300$m^3/s$.

Foram consideradas também, as condicionantes da LP IBAMA nº 342/2010, de 01 de fevereiro de 2010, relativas ao hidrograma ecológico e à navegabilidade, entre elas a que define que os hidrogramas definidos na Resolução nº 48 da ANA deverão ser testados após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da Casa de Força Principal. Os testes deverão ocorrer durante 6 anos associados a um robusto plano de monitoramento, com a identificação dos impactos resultantes. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR, no mínimo, o Hidrograma B. A condicionante 2.1 da LP ainda estabelece que "a identificação de importantes impactos poderá ocasionar alterações nas vazões estabelecidas e a retificação na licença de operação".

QUADRO 1: VAZÕES MÉDIAS MENSAIS A SEREM MANTIDAS NO TVR, EM $M^3/S$

Fonte: PBA da UHE Belo Monte

| HIDROGRAMA | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A | 1.100 | 1.600 | 2.500 | 4.000 | 1.800 | 1.200 | 1.000 | 900 | 750 | 700 | 800 | 900 |
| B | 1.100 | 1.600 | 4.000 | 8.000 | 4.000 | 2.000 | 1.200 | 900 | 750 | 700 | 800 | 900 |

## Monitoramento participativo

No âmbito do Projeto Básico Ambiental- Componente Indígena (PBA-CI) da UHE Belo Monte (um instrumento técnico que define as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos causados às comunidades indígenas) estão sendo realizadas nas aldeias da VGX diversas ações de monitoramento ambiental participativo. Trata-se do acompanhamento de recursos e atividades ligadas à caça, à pesca, à vegetação e aos sistemas agrícolas. O objetivo dessas ações é acompanhar as transformações ambientais decorrentes da implantação da UHE Belo Monte. No que diz respeito à pesca, o monitoramento permite registrar mensalmente diversos indicadores, como a produção de pescado em função de fatores como espécie, período hidrológico, arte de pesca e esforço de captura. A caça também tem indicadores próprios, como esforço de caça, produção por espécie, estratégia de caça e ambiente utilizado.

Os monitoramentos dos sistemas agrícolas, por sua vez, acompanham as atividades de cultivo nas aldeias, registrando as variedades de espécies nelas existentes, o tamanho das roças, as diversas fases dos ciclos agrícolas, entre outros. Por fim, no monitoramento da vegetação são registradas informações sobre as principais espécies vegetais – sobretudo aquelas com forte interação ecológica com peixes e quelônios, uma vez que na percepção dos indígenas, mudanças nas plantas frutíferas dos beiradões, sarobais e ilhas do rio impactarão diretamente as populações de peixes importantes (como o pacu branco) e de tracajás.

Outra iniciativa importante, nesse sentido, é o monitoramento independente de pesca realizado pela Associação Yudjá Mïratu da Volta Grande do Xingu (AYMIX), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Universidades Federal do Pará (UFPA), que acompanha mensalmente as dinâmicas da pesca e consumo alimentar das famílias da aldeia Mïratu, da TI Paquiçamba.

> "Os projetos de monitoramento são estratégicos não apenas por serem feitos pelos próprios indígenas, mas porque seus resultados ajudarão na caracterização e compreensão dos reais impactos ambientais e sobre os povos da VGX."

## Desafios internos: gestão de recursos naturais e de ambientes

Além das ameaças externas sobre o território, há também desafios internos – como o uso descontrolado e a venda de recursos naturais (como peixes e tracajás) e a pressão das atividades agrícolas sobre as florestas. Para lidar com eles, algumas propostas e acordos estão se fortalecendo com o objetivo de contribuir com o manejo e uso sustentável de recursos prioritários, como acordos de restrição de locais destinados à pesca comercial e controle de captura de tracajás.

Algo semelhante ocorre no que diz respeito às atividades agrícolas, que vêm crescendo ano após ano – em virtude das transformações sociais e ambientais em curso na VGX e do aumento populacional que intensifica a necessidade de suprir as demandas alimentares das comunidades. Soma-se a isso o uso crescente de novas tecnologias (como tratores e ferramentas mecanizadas), fazendo com que o ritmo de abertura de novas áreas de floresta para a constituição de roças venha se acentuando e trazendo desafios diversos como o aumento do desmatamento e a diminuição da fertilidade do solo. Em resposta a esses desafios, os indígenas estão buscando novas formas de gerir os espaços agrícolas, qualificar a produção e acessar novas técnicas que possam

auxiliar a recuperação de áreas de capoeiras "cansadas".

Ainda no que diz respeito à gestão ambiental, é importante destacar que outro desafio é lidar com o crescente problema de acúmulo de lixo trazido das cidades: um efeito direto do aumento de consumo de produtos industrializados. Além da necessidade urgente de estabelecer acordos internos, é preciso implementar sistemas de coleta de lixo nas aldeias – que atualmente só existe na aldeia Boa Vista.

**Rosana Arara (Curica) pesando peixe durante o monitoramento da pesca**

FOTO: RINALDO SANTANA

# Diretrizes e ações

## Eixo 1
Território

### 1. Conclusão da regularização fundiária das Terras indígenas da VGX

- Realizar a regularização fundiária das terras indígenas da Volta Grande do Xingu
- Retirar os ocupantes não indígenas das Terras Indígenas

### 2. Terras indígenas da VGX protegidas e com usufruto exclusivo garantido

- Realizar a colocação de placas sinalizadoras de limite e a aviventação dos limites das terras indígenas da Volta Grande do Xingu
- Não permitir a entrada de pescadores e caçadores nas terras indígenas da VGX
- Instalar guaritas de controle de acesso às terras indígenas da Volta Grande do Xingu
- Garantir o pleno funcionamento do Plano de Proteção Territorial do Médio Xingu por todo o período de 35 anos de duração da concessão da UHE Belo Monte
- Garantir a participação das comunidades no planejamento, acompanhamento e execução das atividades do Plano de Proteção Territorial do Médio Xingu
- Capacitar agentes ambientais indígenas para auxiliar no monitoramento de seus territórios
- Realizar reuniões periódicas com Funai, IBAMA e Polícia Federal para articular apoio a atividades de vigilância, fiscalização e autuação dos ilícitos verificados
- Realizar expedições regulares de monitoramento territorial nos limites das terras indígenas

### 3. PBA da UHE Belo Monte e condicionantes implementadas

- Garantir a continuidade do monitoramento participativo da pesca, da caça, agrícola e da vegetação
- Reconhecer os monitoramentos participativos no processo de avaliação dos impactos e medidas mitigatórias da UHE Belo Monte
- Estabelecer e ampliar parcerias com universidades e ONG para fortalecer os monitoramentos participativos na Volta Grande do Xingu
- Implantar um sistema eficaz de comunicação das variações da vazão do rio Xingu decorrente da operação da UHE Belo Monte
- Garantir a vazão mínima do Xingu que propicie as condições de reprodução das espécies de peixes e plantas do trecho de vazão reduzida
- Garantir o acompanhamento indígena e o acesso às informações dos monitoramentos de qualidade da água, ictiofauna, vegetação e mamíferos terrestres do PBA Geral da UHE Belo Monte
- Implementar as medidas para garantir a navegabilidade na Volta Grande do Xingu
- Realizar a manutenção das estradas, pontes e dos meios transportes de acesso às terras indígenas
- Garantir o pleno funcionamento do Plano de Proteção Territorial do Médio Xingu por todo o período de 35 anos de duração da concessão da UHE Belo Monte
- Garantir a continuidade das reuniões do Comitê do Trecho de Vazão Reduzida – TVR

**4. Comunidades indígenas fortalecidas na discussão ambiental**

- Formar agentes ambientais indígenas
- Realizar intercâmbios para conhecer experiências de gestão de outros povos

**5. Gestão das áreas de produção agrícola**

- Ampliar os projetos de manejo de capoeira e sistemas agroflorestais das aldeias
- Recuperar e promover o uso sustentável de áreas degradadas ocupadas anteriormente por não indígenas

**6. Garantia da conservação dos tracajás**

- Implementar e monitorar o acordo de captura de tracajá
- Implementar projetos de manejo de tracajá e preservação de praias de desova

**7. Manejo e zoneamento da pesca**

- Implementar e monitorar o acordo de zoneamento das áreas com restrição à pesca comercial
- Estabelecer parcerias com a FUNAI e IBAMA para estudar a viabilidade do manejo de peixes ornamentais

**Gelson Juruna pesando peixe durante o monitoramento da pesca**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

**Moradores Juruna da aldeia Boa Vista com mudas de açaí e cacau em seu viveiro**

FOTO: JACKSON DE BARROS

**Mikael Juruna, da aldeia Mïratu, transportando mudas de açaí para plantio nas roças**

FOTO: JACKSON DE BARROS

**Placa sinalizando o limite antigo da Terra Indígena Paquiçamba**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

**Desmatamento no entorno da TI Paquiçamba**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Eixo 2

# Atividades produtivas, soberania alimentar e geração de renda

- Pesca e captura de tracajás
- Caça: uma atividade central
- Desafios e aumento das pressões sobre os recursos naturais
- Agricultura tradicional
- Extrativismo e ciclo produtivo
- Produção e soberania alimentar da comunidade da AI Juruna do Km17

**Rapaz Juruna da aldeia Mïratu pescando acari**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

## Pesca e captura de tracajás

A pesca é a principal atividade de subsistência para os povos da Volta Grande do Xingu. O mosaico de ambientes fluviais do Xingu e a grande variedade de espécies de peixes levaram ao desenvolvimento de uma série de técnicas e estratégias de pesca. Várias dessas técnicas estão ligadas à disponibilidade de frutas, uma vez que o período de frutificação das árvores nas regiões sujeitas à inundação ocorre simultaneamente ao período de enchente do rio, e os peixes que entram nessas áreas inundadas alimentam-se das frutas. Mais de 31 etnoespécies de frutas são importantes para a pesca desses povos, que ora pescam próximo às árvores frutíferas, ora as utilizam como iscas.

**Menino Juruna da aldeia Mĩratu com a produção de sua pescaria**
FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Os indígenas capturam mais de 55 etnoespécies de peixes; no entanto, algumas dessas são mais apreciadas do que outras, fazendo com que a pesca seja fortemente dependente de poucos tipos de peixes, como pacu branco, tucunaré, acari, curimatá e pacu curupité. Essa atividade também é muito dependente do regime de variação do nível da água do rio Xingu, sendo a vazante e a enchente os períodos mais propícios para a pesca. Na cheia os indígenas precisam buscar outras fontes de proteína, como a caça ou (nos dias de hoje) a compra de alimentos industrializados.

A pesca tem três finalidades entre os Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu: subsistência, comércio e venda de espécies ornamentais. A pesca comercial (ou "de gelo") é fundamental para o sustento de muitas famílias indígenas da região. Trata-se de uma atividade que intermeia relações de parentesco dentro das comunidades, reforçando também alianças entre os Juruna da TI Paquiçamba e os Arara da VGX. A sua cadeia produtiva envolve patrões (não indígenas), pescadores (indígenas) e puxadores (geralmente indígenas que atuam como intermediários entre pescadores e patrões). As pescarias para subsistência são realizadas, em sua grande maioria, em locais próximos às aldeias – a menos de 5 km. Já as comerciais podem ser realizadas próximas ou em locais mais distantes.

A captura de acaris ornamentais é outra fonte de renda importante para os Juruna e Arara. Iniciou-se no ano de 1989, quando os peixes da região começaram a ser comercializados em lojas especializadas nos Estados Unidos e, posteriormente, no Japão e na Alemanha. Atualmente, mais de 20 espécies alimentam o mercado de aquarismo mundial. No começo, quando ainda era permitida a captura do "zebrinha" (estrela dos acaris ornamentais da região, que puxava todo esse comércio), essa atividade foi a mais importante fonte de renda para os indígenas.

O tracajá é outro recurso aquático de grande relevância para os povos da VGX; principalmente para os Juruna – que utilizam seis técnicas distintas de captura. A atividade se con-

**Agostinho Juruna, da aldeia Mïratu, retornando de uma pescaria com tarrafa**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

**José Xipaya (Zezão), da aldeia Guary-duan, após uma caçada de queixadas**

FOTO: RINALDO SANTANA

centra no verão (de julho a outubro), quando termina o período de produção de frutas e "as tracajás se encontram gordas e ovadas". Na enchente e na cheia a atividade é muito pouco praticada. Os principais ambientes para a captura dessa espécie são os poços, também denominados "boiadouros": os preferidos dos tracajás.

## Caça

A caça é outra atividade central para os Juruna e os Arara da Volta Grande do Xingu, e assume maior importância no inverno. Essa é a época de produção de frutos na mata (que engordam as caças e deixam a carne mais saborosa) e é, coincidentemente, o período em que se obtém um retorno menor das pescarias. Os Juruna e Arara utilizam diversas estratégias de caça, que podem variar de acordo com a estação (como no caso da caçada de espera ou a caçada de restinga, próprias do inverno), ou ocorrer durante todo o ano, como a caçada de queixadas (porcão). Na terra, no inverno, as caças circulam por locais onde há frutíferas em produção – é ali, portanto, que são feitas as caçadas de espera. No verão as caçadas são realizadas nas grotas e igarapés, onde os animais bebem água. As ilhas possuem animais pequenos, como paca, tatu e veado. Caititu e queixadas são mais caçados na terra firme – ou, no caso da queixada, ao cruzar o rio.

Atualmente os indígenas usam espingardas para as suas caçadas. Quando encontram animais cruzando o rio, utilizam também bordunas, paus ou porretes. Os animais mais abatidos pelos Juruna são o caititu, queixada, paca e capivara; já os Arara caçam mais queixada, anta, jabuti e veado mateiro e fuboca.

## Desafios e aumento das pressões sobre os recursos naturais

Com o estabelecimento do trecho de vazão reduzida (ver Eixo 1) –, somado ao aumento das pressões sobre os recursos naturais na VGX, e também às dificuldades de controlar o uso dos recursos nas comunidades, os indígenas têm sentido impactos diretos como a diminuição da oferta de peixes e de tracajás e mudanças nos locais de pesca. Os próprios modos de pescar têm se alterado nesse cenário, pois a seca do rio tem imposto a utilização prioritária de malhadeiras, em detrimento de outras técnicas. Também são sentidas mudanças na pesca comercial e ornamental, pois o comprador que entrava no rio para comprar esses peixes passou a ter dificuldades de acesso, em decorrência da escassez de água.

> "A diminuição está tão grande que não tem mais controle. Como agora não tem mais inverno, os peixes e os tracajás estão muito magros. Aquela quantidade das águas que antes a gente tinha nunca mais nós vamos ter. É necessário que a comunidade tenha o controle da quantidade, as vezes pega muito que até estraga, as vezes é melhor ter um freezer para armazenar. A maioria das espécies da VGX sobrevive mais por causa do inverno, e muitas espécies tem sumido porque aqui tá seco." (Jailson Juruna, da aldeia Mïratu)

Diante desse quadro, os indígenas estão em busca de estratégias que possam diminuir os impactos sobre o consumo de peixes e sobre a geração de renda proveniente de recursos pesqueiros. Uma das ideias é implementar projetos

**Roça da aldeia Furo Seco**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

de piscicultura para consumo, promovendo também estudos de viabilidade para manejo e criação de peixes ornamentais. Para isso, porém, é fundamental contar com capacitação dos indígenas e com assistência técnica especializada.

## Agricultura tradicional

A agricultura é também parte vital do sistema produtivo dos Arara e Juruna, que cultivam cerca de 79 espécies de plantas com um número muito maior de etnovariedades, sendo o milho, mandioca, banana, abóbora e melancia os cultivos mais importantes. Quando esses povos ainda moravam nas ilhas, suas roças eram abertas nas áreas de terra – justamente onde se encontram, hoje, as suas aldeias. Já na AI Juruna do Km 17, as roças são abertas (desde 1951) dentro dos limites da área, próximas à aldeia.

O modo dos Juruna e Arara da VGX abrirem roças segue o esquema tradicional de toda a região amazônica: escolha da área, brocagem, derrubada, queimada, coivara, plantio, limpeza, colheita e desmanche – ou uma reutilização da mesma área para abrir outra roça, reiniciando o ciclo. Esse processo se inicia em agosto, e a derrubada ocorre normalmente de setembro a outubro. Os "legumes" de rama (cará, melancia e abóbora) são os primeiros a serem plantados (de outubro a novembro), seguido do milho – pegando as primeiras chuvas em novembro. A mandioca é plantada em seguida, entre dezembro e janeiro.

Uma das "ciências" comuns na região é a de cultivos nas luas crescente e cheia, consideradas fortes. Um segundo período de plantio pode se dar de maio a junho, indicado mais para mandioca e feijão. A roça então precisa ser "zelada", para não ficar abafada pelo mato e poder ser produtiva. O desmanche da roça envolve uma grande produção de farinha; nesse momento, tudo é cortado e a maniva é retirada para ser plantada na roça nova. Despois do desmanche, se os indígenas não decidirem plantar cacau (cultivo comum na região nos últimos anos) ou banana, eles deixam a capoeira tomar conta e, depois de 4 a 5 anos de pousio, retornam para plantar no mesmo lugar.

Deve-se notar que nos últimos anos os povos Juruna e Arara vêm passando por um processo de dependência de sementes e manivas externas para poderem realizar seus cultivos, em decorrência do abandono gradual da prática de guardar sementes selecionadas de um ano para o outro. Por isso, utilizam-se sementes que muitas vezes não possuem as características desejadas pelos indígenas, comprometendo o trabalho já realizado. Essa situação se expressa ainda mais gravemente no caso do milho, onde se observa uma perda gradual da soberania alimentar dos indígenas. Há, nesse sentido, uma demanda crescente por atividades que procurem incentivar nas comunidades o resgate de sementes tradicionais e de estratégias que contribuam para um melhor manejo e aproveitamento das áreas de capoeira.

Além disso, e diante da intensificação das mudanças e impactos sobre a pesca e a caça, vem aumentando entre os indígenas o interesse pelo cultivo orgânico de outras espécies (como cacau, açaí, pimenta e outras frutíferas), como alternativa de geração de renda – uma vez que há na região de Altamira um mercado bem consolidado. Contudo, como os povos da VGX não cultivam tradicionalmente essas espécies, a capacitação e a assistência técnica são ações prioritárias para que os indígenas se preparem para lidar com a diversificação dos seus sistemas agrícolas.

"Há uma demanda crescente por atividades que procurem incentivar nas comunidades o resgate de sementes tradicionais e de estratégias que contribuam para um melhor manejo e aproveitamento das áreas de capoeira."

**Milho secando na aldeia Paquiçamba**

FOTO: GUSTAVO CERQUEIRA

**Ocimar Juruna torrando farinha na aldeia Paquiçamba**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

## Extrativismo e ciclo produtivo

O extrativismo é também uma atividade central no ciclo produtivo das comunidades: provendo alimento, complementando a renda das famílias e fornecendo matéria-prima para confecção de casas, canoas e outros artefatos. Os principais recursos vegetais não madeireiros coletados são castanha-do-pará, açaí, bacaba, cupuaçu, babaçu, golosa, oxi e cipó titica.

A castanha é um item importante na alimentação dos povos da VGX. Os castanhais são herdados, com o direito de uso sendo passando de pai para filho, ocorrendo também castanhais coletivos ou sem um dono específico onde todos podem coletar. A TI Paquiçamba possui as maiores concentrações de castanhais na VGX, já a TI Arara da VGX possui castanheiras espalhados na mata sem grandes concentrações. Entre os Juruna do Km 17 há muitas castanheiras, principalmente na área comprada pelo Sr. Antônio. A coleta é realizada pelas famílias entre os meses de fevereiro e abril. Atualmente, porém, os indígenas estão percebendo uma forte redução na produtividade dos castanhais, comprometendo esta atividade tradicional.

**Ozimar Juruna, da aldeia Paquiçamba, coletando frutos de oxi**

FOTO: JACKSON DE BARROS

Uma das ações relacionadas às atividades extrativistas dentro do PGTA da VGX é a realização de diagnóstico para que se possa compreender os motivos dessa queda na produção das castanheiras, e então adotar medidas de manejo. Destaca-se ainda a necessidade de capacitação para as pessoas interessadas no beneficiamento dos produtos, e de acompanhamento técnico, garantindo uma boa inserção das famílias nas cadeias de comercialização desses produtos.

> "Não tem castanha mais, tá com uns três, quatro com cinco anos que não dá mais castanha. Tá dando só pros bichinhos e pra cutia, e mal. Ano passado eu tirei uma caixa e meia de castanha. Esse castanhal aqui que nós chamávamos castanhal da velha Corina que era o castanhal do Furo Seco era costume de tirar 400 caixas, 600. Tirava muita caixa, não dava conta não. Muita castanha. Não sei porque acabou não. Flore mas não segura, não dá fruto. Não tem castanha é porque não deu o fruto. Diz que os mais velhos falaram que tem uns anos aí pra trás, teve uns

anos que também não deu, parou de dar castanha. Foi, foi e depois começou a dar de novo. Talvez seja isso de novo." (Agostinho Juruna, da aldeia Mïratu)

## Produção e soberania alimentar da comunidade da AI Juruna do Km17

Os Juruna das AI Juruna do km 17 vivem uma situação territorial particular habitando uma área muito pequena (cerca de 30 hectares) muito próxima à cidade de Altamira. Seu sistema econômico e algumas de suas práticas produtivas diferem, portanto, das demais comunidades da VGX. Suas principais atividades de geração de renda e fonte de alimentação são o trabalho assalariado e a agricultura familiar. Produtos como farinha, milho e pequenas hortas e pomares garantem a subsistência alimentar das famílias, e o excedente é comercializado nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu.

Mais recentemente, desde a aquisição de uma nova área – onde se situa a aldeia Boa Vista Nova (às margens do igarapé Guará, afluente do rio Xingu) –, e em decorrência do desenvolvimento de projetos de piscicultura na aldeia Boa Vista, a comunidade dessa AI pôde intensificar as práticas de pesca, caça e extrativismo que, embora ainda estivessem presentes em seu cotidiano, eram limitadas pelo tamanho de sua área e pela falta de acesso ao rio. Agora, com maior extensão disponível de floresta, os Juruna do Km 17 têm acesso a uma variedade maior de espécies apreciadas para a caça, como também de plantas que fornecem frutos, fibras, madeira e remédios.

### Turismo

O turismo tem também despertado interesse de algumas comunidades da VGX. Um exemplo de destaque, nesse sentido, é a Canoada Xingu. Realizada pela Associação Indígena Yudja Mïratu da Volta Grande do Xingu (Aymïx) em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) desde o ano de 2014, essa ação tem como principal objetivo chamar a atenção para os problemas que os povos e comunidades da região enfrentam com a instalação da UHE Belo Monte. Embora não tenha sido concebido como um projeto turístico, a iniciativa tem mostrado que há pessoas interessadas em conhecer a cultura e o ambiente dos indígenas da Volta Grande do Xingu, e que nessa atividade há também potencial de geração de renda – seja diretamente, via associação indígena, seja indiretamente, por oportunidades de trabalho que então são geradas para os indígenas.

Todavia, ainda que o turismo seja uma possível fonte de renda alternativa, muitos indígenas mostram preocupações relacionadas a essa atividade – tanto por conta de possíveis impactos sociais e ambientais sobre a região, como pela possibilidade de acirramento de conflitos internos. Como não há consenso formado, decidiu-se por ter cautela quanto ao tema e buscar mais informações junto a parceiros de confiança e com o acompanhamento da Funai.

"Agora, com maior extensão disponível de floresta, os Juruna do Km 17 têm acesso a uma variedade maior de espécies apreciadas para a caça, como também de plantas que fornecem frutos, fibras, madeira e remédios."

# Diretrizes e ações

## Eixo 2
Atividades produtivas, soberania alimentar e geração de renda

### 1. Produção agrícola fortalecida

- Promover atividade para conservar e/ou resgatar sementes tradicionais dos povos Juruna e Arara da VGX
- Implantar projetos de hortas e frutíferas irrigadas
- Capacitar as comunidades indígenas e viabilizar assistência técnica para o manejo de cacau e açaí
- Capacitar as comunidades indígenas para realização de enxertos de frutíferas
- Capacitar as comunidades e fortalecer a articulação com as prefeituras para acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- Realizar diagnóstico da potencialidade de outros tipos de cultivo como pimenta do reino e outros

### 2. Melhoria na criação e manejo de animais

- Capacitar as comunidades indígenas e viabilizar assistencia técnica para a produção e comercialização de animais e peixes
- Realizar diagnósticos sobre o manejo e comercialização de peixes ornamentais

### 3. Atividades extrativistas fortalecidas

- Realizar diagnósticos do potencial da produção extrativista na VGX
- Capacitar as comunidades para inserção nas cadeias produtivas do babaçu e da castanha
- Estabelecer parcerias com empresas e cooperativas para viabilizar a comercialização de produtos extrativistas
- Desenvolver estratégias para o acesso a políticas e programas de incentivo à produção extrativista
- Realizar diagnóstico sobre a produtividade dos castanhais nas terras indígenas da Volta Grande do Xingu
- Capacitar as comunidades indígenas e viabilizar assistência técnica para a produção e comercialização de polpa de frutas
- Implantar mini usinas de processamento de frutas nas aldeias
- Estabelecer parcerias com empresas, cooperativas e órgãos governamentais para viabilizar a comercialização da produção de frutíferas e de produtos extrativistas
- Realizar diagnóstico do potencial de extração da seringa

### 4. Comercialização de artes e artefatos implementada

- Estabelecer parcerias com lojas de comercialização de artesanato
- Capacitar as comunidades para o aprimoramento da produção comercial do artesanato

**5. Viabilidade de novas fontes de renda realizada**

- Estudar a possibilidade de iniciativas de turismo comunitário sustentável

**6. Maior autonomia e qualidade nos processos de obtenção, produção e consumo de alimentos nas comunidades**

- Fortalecer a agricultura tradicional
- Implantar projetos de hortas irrigadas para garantir a produção durante todo o ano
- Resgatar sementes crioulas para diversificação da produção agrícola e diminuição da dependência de sementes externas
- Incentivar e valorizar os hábitos alimentares tradicionais
- Promover conversas sobre os riscos das comidas industrializadas
- Valorizar a alimentação tradicional nas escolas
- Aumentar a diversidade de frutíferas para o consumo nas aldeias
- Aumentar e melhorar a criação de pequenos animais e peixes
- Preservar as áreas de frutíferas nativas principalmente da oxi, pequi e castanha

**Mário Sandro Juruna (Cocó), da aldeia Paquiçamba, junto com sua filha após uma pescaria de tracajás**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Eixo 3

# Governança

- Organizações formais
- Participação política

**Assembleia da AIJUVX na aldeia Furo Seco**

FOTO: RENATA UTSUNOMIYA

## Organizações formais

Durante as discussões realizadas no processo de construção do PGTA, um dos assuntos mais sensíveis abordados foi a dificuldade de mobilizar e estabelecer acordos dentro e entre as comunidades indígenas da VGX, no que diz respeito às questões comuns às TIs – desde o uso de recursos compartilhados até ameaças territoriais e assuntos relacionados a empreendimentos. O aperfeiçoamento das estratégias de governança interna é um desafio central para os povos da região, e passa pela necessidade de criar caminhos comuns para enfrentar problemas e oportunidades que se apresentam – sem, contudo, desrespeitar as singularidades da organização política de cada aldeia. Desse modo, poderão ser mantidas as formas próprias de cada comunidade se organizar e estabelecer alianças para fortalecer as lutas por direitos.

As reflexões estimuladas pela construção do PGTA e o contato com outros povos indígenas têm chamado a atenção das comunidades da VGX para a importância de participar em espaços de decisão, no que diz respeito a assuntos importantes para o seu futuro. Nesse sentido, a criação de organizações – sejam elas formais ou informais – tem sido um dos caminhos buscados para o fortalecimento da governança na VGX.

> "A liderança tem a frente, mas a comunidade que tem a força maior, ela que tem que dizer o que ela quer fazer. Não é um ou dois que decidem pela comunidade. Aconteceu muito aqui, fazia reunião pra ir pra Brasília, e chegou lá pra ser enganado (...) A gente já tem essa experiência de que individualmente não deu certo (...) Quando a gente se fortalecer com a associação não vai ter esse problema de desarticulação" (Eliete Juruna, da aldeia Paquiçamba).

As associações indígenas nascem com o objetivo de auxiliar as comunidades a organizarem-se e representarem-se perante o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido, dá-se seguimento à noção de protagonismo indígena, que marca o período democrático desde a elaboração da Constituição de

### Hoje as associações existentes na região são:

- Associação Yudjá Mïratu da Volta Grande do Xingu (AYMIX), da aldeia Mïratu;
- Associação Indígena Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu (AIJUVIX), da aldeia Furo Seco;
- Associação Indígena Korina Juruna da Aldeia Pakissamba (AIKOJUPA), da aldeia Paquiçamba;
- Associação do Povo Indígena Juruna do Xingu KM 30 (APIJUX KM 30), da aldeia Boa Vista;
- Associação de Resistência Indígena Arara do Maia (ARIAM), da aldeia Terrawangã;
- Associação Indígena Arara Unidos da Volta Grande do Xingu (ASSINAUXIN), da aldeia Guary-Duan.

Há também o Conselho das Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17 (CIJA), que reúne representantes das 7 aldeias da região.

1988 e enfatiza o papel das organizações na defesa de direitos (sobretudo no que diz respeito à demarcação de terras e à proteção e valorização da cultura).

As articulações e mobilizações para a criação de associações indígenas na Volta Grande do Xingu se iniciaram em 2001, com o apoio do Conselho Indígena Missionário (CIMI), e seguiram em intensas discussões ao longo dos anos – resultando na criação formal da Apijux-Km 17 (Associação do Povo Juruna do Xingu, KM 17), em 2003, e da Associação de Resistencia Indígena Arara do Maia, em 2005. Na aldeia Paquiçamba também foi criada uma entidade: a Associação da Comunidade Juruna do Paquiçamba. Ainda com o apoio do CIMI, essas organizações chegaram a executar pequenos projetos, voltados às atividades produtivas e de articulação política – viabilizando, por exemplo, a participação de indígenas em reuniões importantes sobre a demarcação das TIs. Mas em pouco tempo elas tornaram-se inativas, em função de dificuldades administrativas e financeiras.

A partir de 2013 iniciou-se um novo movimento de criação de organizações indígenas na VGX – com o apoio de organizações não-governamentais, no contexto do PBA da UHE Belo Monte. Nesse ano foi criada a Associação Yudjá Mïratu da Volta Grande do Xingu (AYMÏX), que contou com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA); e em 2014 e 2015 foram criadas a Associação Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu (AIJUVX) e a Associação Indígena Arara Unidos da Volta Grande do Xingu (Asinauxin), respectivamente. Atualmente seis aldeias da Volta Grande do Xingu possuem suas próprias associações – todas regularizadas e aptas formalmente a gerirem projetos.

É unanime a avaliação de que trabalhar temas técnicos de administração e gestão de associações é um gargalo para as organizações e fortalecer esse tema é fundamental para contemplar os objetivos de ampliar o número de projetos a serem executados pelas associações e garantir a autonomia financeira delas. Para tanto, as comunidades identificaram a necessidade de um maior comprometimento dos próprios indígenas em relação às organizações. A participação nas as-

**Assembleia da ARIAM na aldeia Terrawangã**

FOTO: RENATA UTSUNOMIYA

sembleias é vital para atuar junto às diretorias das associações e pensar propostas que atendam a todos, fortalecendo a elaboração de projetos e a captação de recursos para executá-los. Junto com isso, determinou-se a importância de promover a formação continuada dos dirigentes das associações, para que o gerenciamento de projetos seja constantemente aperfeiçoado – investindo também em acompanhamento e assessoria especializada.

> "Devemos pensar não só no agora, mas lá na frente. Atualmente nós temos o território mais impactado e diante disso a gente tem que começar a discutir pra ter o consenso de todas as comunidades, pra lá na frente não termos problemas."
>
> (José Carlos Arara, da aldeia Guary-Duan)

## Participação política

Nas discussões em torno deste PGTA, convidados de outras TIs compartilharam com as comunidades da VGX as suas experiências de gestão e de organização política. Nesse diálogo, os Juruna e Arara refletiram sobre a necessidade de fortalecer as suas organizações diante das pressões que diversos setores econômicos promovem sobre os indígenas, ameaçando o futuro das comunidades. Junto com a importância desse fortalecimento, foi levantado, como prioridade para os povos da VGX, aprimorar o diálogo com agentes externos – uma realidade que tem ficado cada vez mais nítida para o movimento indígena em todo o país.

Nessa intenção, em 2017, foi criado o Conselho das Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17 – CIJA, com o intuito de fortalecer a atuação política das comunidades indígenas da VGX diante das ameaças e pressões sobre seu território e cultura. A noção de participação foi reforçada também em conselhos diversos, como os de saúde e educação. Uma das propostas deste PGTA é justamente promover formações continuadas para qualificar a atuação dos indígenas em instâncias de discussão e deliberação política. Além dessa estratégia de ação, o intercâmbio com lideranças indígenas de outros povos é um elemento de destaque para potencializar a atuação política das comunidades da VGX.

Outro movimento importante nesse sentido foi o desenvolvimento de protocolos de consulta baseados nas determinações da Convenção 169 da OIT. Em 2017, os Juruna da TI Paquiçamba fizeram o seu próprio protocolo (com o apoio do Instituto Socioambiental), cujo objetivo é determinar como as comunidades dessa terra indígena devem ser consultadas a respeito de empreendimentos que causem impactos em suas terras e vidas. A ampliação desse tipo de iniciativa é uma das ações indicadas neste PGTA – incluindo a elaboração do Protocolo de Consulta Arara, considerado uma ação prioritária.

> "Devemos pensar não só no agora, mas lá na frente. Atualmente nós temos o território mais impactado e diante disso a gente tem que começar a discutir pra ter o consenso de todas as comunidades, pra lá na frente não termos problemas. Hoje temos gente nos assessorando, mas lá na frente não vamos ter essa ajuda. Devemos segurar a empolgação pra entendermos melhor o que cada um quer e podermos criar uma associação. Então tem que ter essa ciência de que seremos uma única voz. É um passo gigantesco que vamos dar, rumo ao futuro, mas tem várias etapas ainda". (José Carlos Arara, da aldeia Guary-Duan)

**1. Organizações indígenas fortalecidas**

- Desenvolver estratégias para a composição de fundos comunitários e capital de giro para as associações indígenas
- Incentivar a autonomia das associações por meio de projetos executados diretamente pelas associações indígenas
- Ampliar a participação dos associados nas assembleias gerais das associações na VGX
- Realizar formação continuada para qualificação da gestão administrativa , financeira, de captação de recursos e gestão de projetos das associações indígenas da VGX
- Promover capacitações na utilização de tecnologias e informática
- Promover capacitações em legislação ambiental, indigenista e direitos indígenas
- Promover intercâmbios entre gestores e dirigentes de associações indígenas da VGX e de outras regiões
- Construir ou ampliar, equipar e garantir a manutenção da estrutura física das sedes das associações
- Garantir a assessoria técnica para as associações indígenas da VGX

**2. Articulação política entre os povos e comunidades da VGX fortalecida**

- Fortalecer o Conselho das Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Área Indígena Juruna do Km 17 – CIJA
- Participar ativamente das atividades do movimento indígena regional e nacional na defesa de interesses comuns
- Apoiar mecanismos de diálogo entre as aldeias da VGX

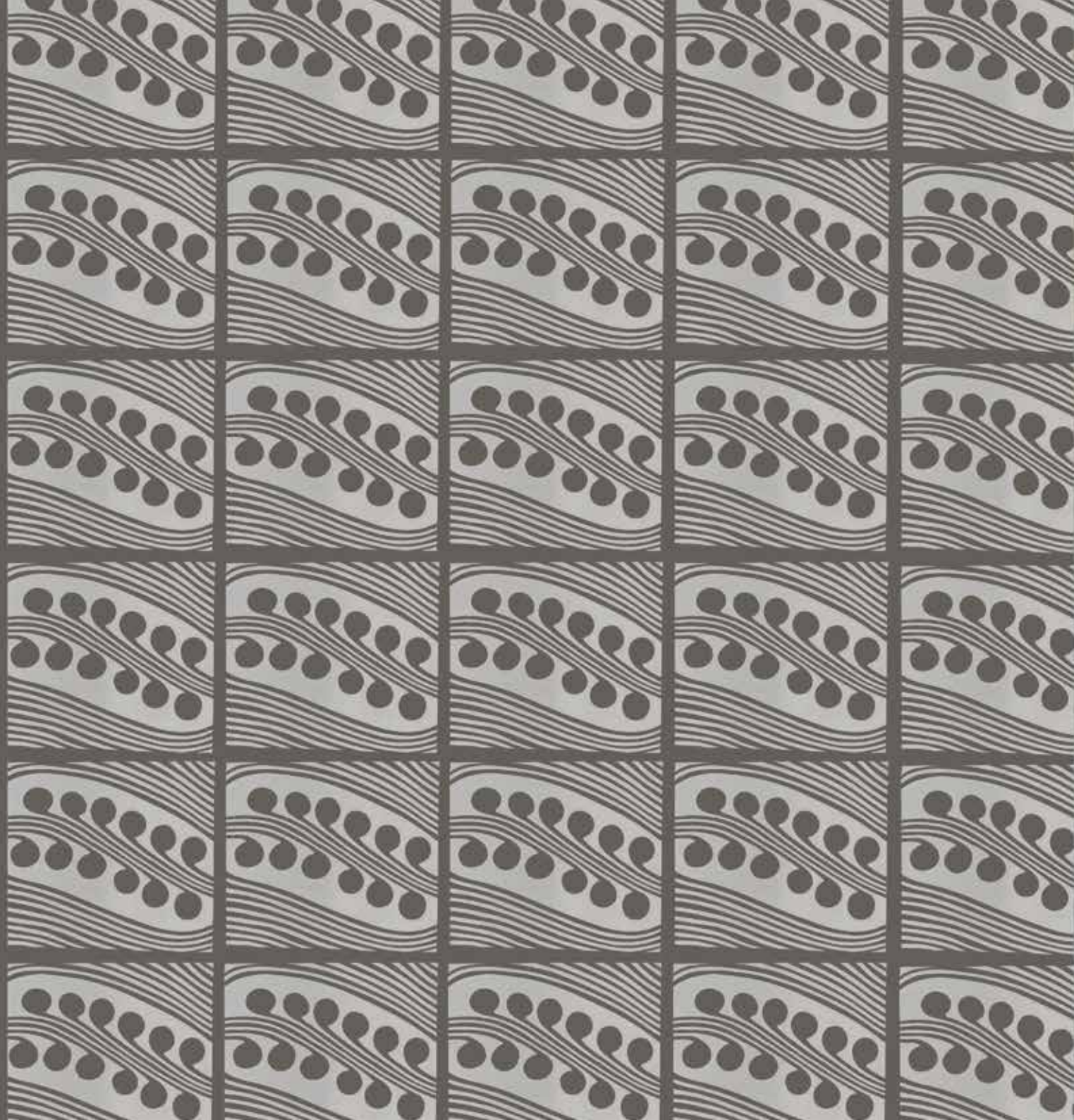
**3. Comunidades fortalecidas para o diálogo com empreendimentos e políticas públicas**

- Promover a qualificação e garantir a participação de representantes da VGX nas instâncias de tomada de decisão de políticas públicas e projetos que afetam direta ou indiretamente os povos da Volta Grande do Xingu e seus territórios
- Cobrar e assegurar o cumprimento da obrigação do Estado e de empreendedores de consultar os povos indígenas sobre os empreendimentos que afetam as terras indígenas da Volta Grande do Xingu
- Assegurar o cumprimento das compensações de impactos provocados pelos empreendimentos instalados na Volta Grande do Xingu e entorno
- Fortalecer e respeitar o "Protocolo de consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba da Volta Grande do Xingu"
- Elaborar o protocolo de consulta Arara da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu
- Implantar um sistema de alerta e protocolo de conduta em casos de emergências envolvendo a barragem
- Contemplar nas pautas das assembleias gerais a implementação, monitoramento e revisão do PGTA da Volta Grande do Xingu

Eixo 4

# Cultura

- Resistência e fortalecimento cultural
- Intercâmbios entre as comunidades
- Patrimônio cultural
- Cultura e geração de renda



**Detalhes de flechas Juruna**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

## Resistência e fortalecimento cultural

Os povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu possuem uma longa história de contato e de ocupação na região do médio rio Xingu (ver Introdução). Alcançados por várias frentes de ocupação da Amazônia ao longo dos séculos de contato, os dois povos tiveram os seus modos de vida e de organização social profundamente transformados – mas resistindo, mantendo as suas identidades indígenas e defendendo o seu território. Entre os séculos XX e XXI – concomitante à conquista de seus direitos territoriais – vem se desenvolvendo um amplo movimento de fortalecimento cultural na VGX, com iniciativas de ensino da língua original nas escolas indígenas (ver Eixo 5), valorização da transmissão de práticas e conhecimentos tradicionais dos mais velhos aos jovens e crianças (ver Eixo 6), documentação e registro de manifestações culturais com produção audiovisual, entre outros. Iniciativas como essas têm se revelado cada vez mais importantes, considerando o contexto de profundas transformações sociais, econômicas e ambientais que alteram o modo de vida dos povos da VGX, entre as quais se situam os impactos da implantação da UHE Belo Monte.

**Sandriel Juruna, da aldeia Paquiçamba, sendo pintado**

FOTO: RENAN ARNAULT

"Essa questão da perda da língua ao longo da história – nos Juruna daqui da região, nós sofremos muito o entorno. Vocês perceberam que nossa TI é muito pequena. A perda da língua veio desse processo, dos brancos que vieram de fora... Na oficina de ocupação regional a gente falou muito sobre isso, da pressão do entorno, da época da borracha... Então, os parentes do MT saíram daqui e conseguiram manter a língua, mas nossa história não é diferente. Então a gente está nessa luta desse resgate da língua, a gente sabe que é difícil, mas estamos lutado em trazer e falar novamente, não sei como vai ficar daqui pra frente, mas estamos nessa luta." (Natanael Juruna, da Aldeia Mïratu)

## Intercâmbios entre as comunidades

Os Juruna e Arara da VGX têm promovido um projeto de vida que busca garantir, antes de mais nada, o envolvimento de jovens e crianças na preservação e proteção de seu patrimônio cultural material e imaterial. Exemplos de ações com esse propósito são os intercâmbios entre as comunidades da TI Paquiçamba e AI Juruna do Km 17, e as comunidades Yudjá/Juruna da Terra Indígena do Xingu (TIX). Ao visitarem-se mutuamente – ocasiões em que realizam trocas diversas –, os Juruna da VGX e os da TIX têm promovido um ativo resgate de sua língua original. Jovens da VGX têm passado períodos longos na TIX, nos quais os Juruna vêm recebendo inspiração e aprendizado para a criação e confecção de artefatos tradicionais, com destaque para grafismos nos enfeites corporais, instrumentos musicais, tecelagem e culinária. Além disso, professores da TIX têm ido à TI Paquiçamba para trocar conhecimentos com os Juruna do médio Xingu e conhecer o lugar de seus antepassados.

**Meninos da aldeia Mïratu e Paquiçamba durante as festividades do Dia do Índio**

FOTO: PATRÍCIA MACHADO

**Torneio de arco e flecha durante as festividades do Dia do Índio na aldeia Mïratu**

FOTO: PATRÍCIA MACHADO

Os Arara da Volta Grande do Xingu vêm também realizando visitas à TI Cachoeira Seca, no rio Iriri, e recebendo os Arara dessa TI em suas aldeias, para a realização de festas e outros rituais. Estas são ricas oportunidades de aprendizados e trocas, nas quais se destacam inclusive o apoio de professores Arara da TI Cachoeira Seca na elaboração de materiais didáticos para o ensino da língua indígena nas aldeias da VGX. Além disso, os Juruna e Arara da VGX também se inspiram no grafismo dos seus parentes para a criação de suas próprias pinturas corporais, marca de sua identidade étnica, que expressam e afirmam.

> "Eu acho que o grafismo não é só uma representação da identidade do povo, mas ela tem muito a ver da relação do índio com a natureza. Desde o jabuti, o porcão, que é um alimento que muitos gostam, da onça que alguns povos fazem referência pela valentia, do que o animal representa na natureza e tem relação com o próprio índio, pelo que ele se representa em relação à natureza, porque ele não tem essa separação, o que é da natureza é nosso. E a gente está pra defender porque a gente precisa dela, a natureza é a nossa casa, o índio tem essa relação muito grande. A gente acaba se identificando com isso, porque as vezes você não conhece a pessoa, mas reconhece a etnia pela pintura que ele está usando. A pintura pode não ter surgido com essa intenção, falava do convívio dele com os parentes, mas acabou virando quase que uma identidade física, corporal, em relação a outros povos." (Lídice Juruna, da aldeia Terrawangã)

## Patrimônio cultural

O interesse crescente por museus indígenas, a incorporação do tema do patrimônio cultural nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas e a troca de conhecimentos com outros povos têm contribuído para que os Juruna e Arara da VGX atentem cada vez mais para as necessidades das comunidades a esse respeito. Durante as discussões realizadas no processo de elaboração do PGTA, ficou evidente a importância de formar pesquisadores indígenas e de integrar ao material didático das escolas questões relativas ao patrimônio cultural material e imaterial dos Juruna e Arara – incluindo práticas tradicionais, como plantar, pescar e fazer artesanato.

Se o patrimônio é um bem herdado das gerações passadas e representa a cultura e os modos de vida atuais de um povo, ninguém melhor do que membros do próprio povo para identificar o que, de seu patrimônio, estaria ameaçado de desaparecer por conta de mudanças em suas realidades. Nesse sentido, procura-se garantir a formação de jovens que atuarão como agentes do patrimônio cultural de seu povo, capacitados para a discussão e a definição de ações museais que envolvam suas manifestações culturais materiais e imateriais. Esses jovens serão protagonistas do processo de pesquisa, registro e divulgação de sua própria história e de sua organização sociocultural, atuando também na preservação de seu território.

### Identidade e memória

O artigo 215 da Constituição define: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

**Comercialização de artefatos Arara durante a II Feira dos Povos do Médio Xingu**

FOTO: PATRÍCIA MACHADO

## Cultura e geração de renda

Outro aspecto relacionado ao fortalecimento cultural e social dos povos da VGX é a articulação de ações de preservação do patrimônio cultural com as atividades de sustentabilidade e geração de renda nessa área. Assim, o apoio para confecção de artefatos visa a inserção da arte indígena no mercado como bens culturais (e não apenas como mercadoria), destacando um saber-fazer que pode ser expresso de diferentes formas. Por outro lado, a utilização do patrimônio cultural na geração de renda envolve aspectos legais que devem ser discutidas nas comunidades (como direito autoral e de imagem), além das questões concernentes à própria preservação. Compreender plenamente esses aspectos legais e os direitos indígenas relacionados à proteção de seu patrimônio cultural deve ser parte da formação dos jovens Juruna e Arara da VGX sobre esse tema.

### Marcos legais

A "Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial" adotada pelo Brasil em 1º de junho de 2006 e a própria Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216) são os principais marcos legais no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural. O artigo 215 da Constituição estabelece que o Estado tem o dever de proteger "as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional".

**1. Garantir a transmissão dos saberes tradicionais**

- Realizar encontros comunitários para conversar sobre as histórias e saberes
- Inserir o conhecimento dos mais velhos da comunidade dentro do espaço escolar para transmissão de saberes aos alunos
- Praticar uma educação escolar diferenciada que tenha espaço para o ensinamento de práticas tradicionais como plantar, pescar e fazer artefatos
- Incentivar que os jovens conheçam os lugares antigos e importantes para a cultura dos povos indígenas da VGX
- Incentivar a participação dos mais jovens nas atividades tradicionais e dos projetos das aldeias
- Oficinas de apoio para confecção de artes e artefatos dentro das comunidades
- Promover oficinas de preservação e valorização das culinárias indígenas da VGX

**2. Valorizar e fortalecer o patrimônio cultural dos povos indígenas da VGX**

- Fortalecer os núcleos de cultura já existentes e criar novos núcleos nas aldeias onde não existem
- Realizar exposições sobre a história dos antepassados dos povos indígenas Juruna e Arara
- Garantir a participação dos povos Arara e Juruna da VGX no Museu dos Povos do Médio Xingu
- Implantar uma casa de artesanato ou espaço museal dos povos Juruna e Arara em Altamira e Vitória do Xingu
- Realizar intercâmbios com outros povos e museus indígenas
- Realizar exposição nas aldeias das artes e artefatos
- Garantir no PPP a valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas
- Garantir o deslocamento de grupos de Juruna/Yudjá da VGX e do Parque Indígena do Xingu para fortalecer e intensificar as relações sociais e culturais dos dois grupos

**3. Proteger o patrimônio cultural dos povos indígenas da VGX**

- Promover a formação de agentes indígenas em patrimônio cultural que abranja as áreas de museologia, arqueologia, antropologia e outros
- Pesquisar e registrar em livros, filmes, fotografias o patrimônio cultural dos povos da VGX
- Garantir a continuidade da formação de videoastas indígenas

**4. Garantir a produção de cultura material**

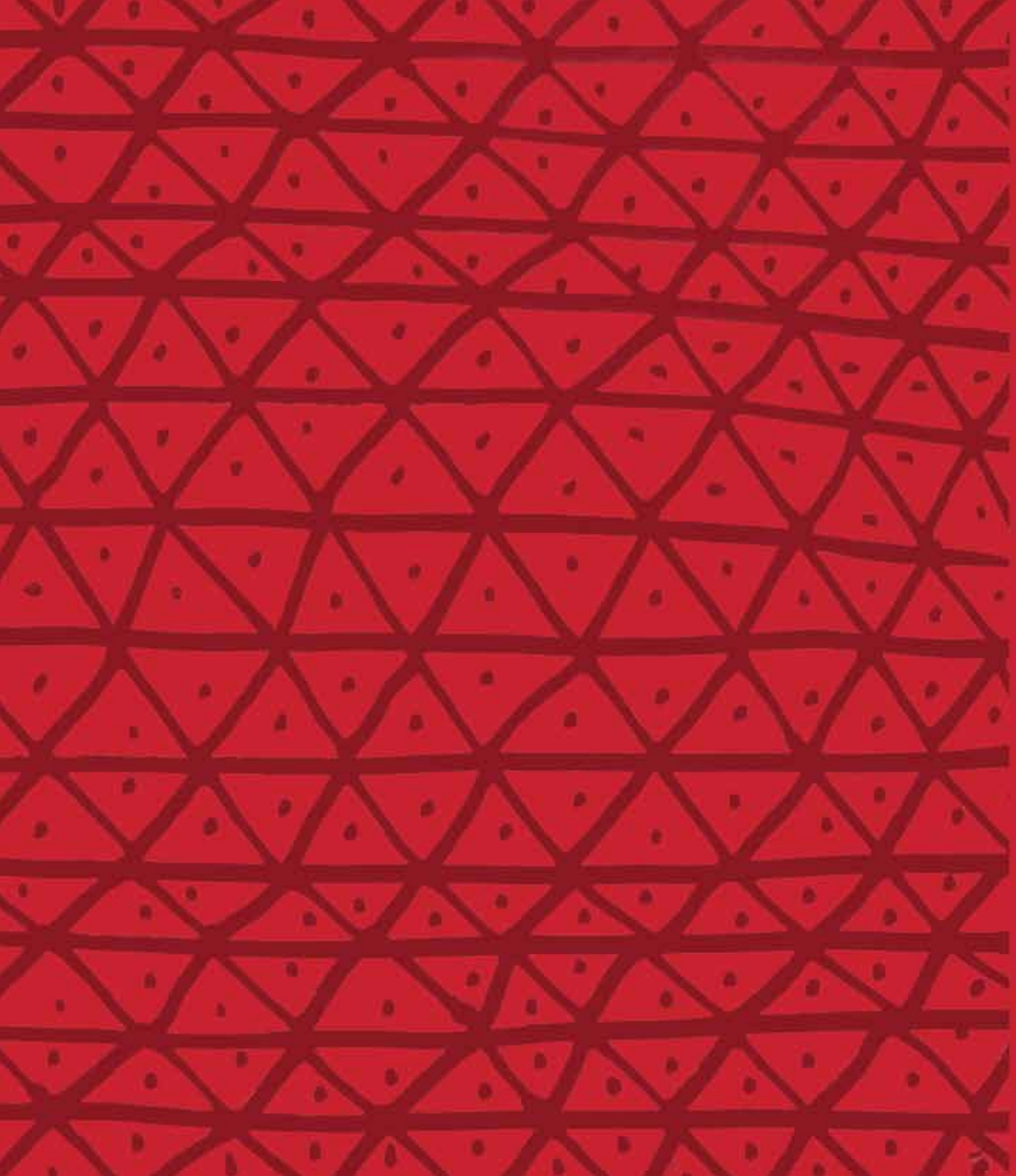
- Garantir anualmente a participação dos povos Arara e Juruna da VGX em feiras de artesanato da região
- Realizar oficinas de artesanatos para aperfeiçoamento das técnicas de produção
- Realizar capacitações para inserção do artesanato das comunidades da VGX no mercado

**Exposição de comidas tradicionais Juruna durante as Festividades do Dia do Índio na aldeia Boa Vista**

FOTO: JULIA BUSSAB FONSECA

**Maria Arlete Juruna preparando bolo de mandioca**

FOTO: RENAN ARNAULT



Eixo 5

# Educação

- Histórico e panorama da educação escolar indígena na VGX
- Desafios para a educação escolar diferenciada
- Gestão pública
- Aprimorar e ampliar: material didático e ensino médio
- Avanços: protagonismo indígena e projetos político-pedagógicos

**Alleson Juruna e Juderson Juruna na escola da aldeia Paquiçamba**

FOTO: GUSTAVO CERQUEIRA

## Histórico e panorama da educação escolar indígena na VGX

As primeiras iniciativas para o desenvolvimento da educação escolar indígena na Volta Grande do Xingu (VGX) partiram do esforço das próprias comunidades. Em 1976 os Arara contrataram um professor particular, que atuou junto às crianças da aldeia por apenas dois anos. Dezessete anos se passaram, até que houvesse a contratação de novos professores (em 1995), por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Senador José Porfírio – responsável pela gestão das políticas públicas educacionais da TI Arara da VGX. Entre os Juruna da TI Paquiçamba, o pontapé inicial para o desenvolvimento da educação escolar ocorreu com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Secretaria Municipal de Educação de Altamira, no ano 2000. Naquela época, a infraestrutura das escolas era bastante simples e foi construída pelos próprios indígenas com materiais locais. Já a comunidade da AI Juruna do Km 17 conseguiu, via Secretaria Municipal de Educação de Altamira, em 1975, a contratação de uma professora e a construção do primeiro prédio escolar.

**Professores e participantes Juruna da TI Paquiçamba e AI Juruna do Km 17 no encerramento da oficina de elaboração de materiais didáticos**

FOTO: MARIA ELISA LADEIRA

Desde então, a educação escolar na Volta Grande do Xingu avançou muito. Atualmente, todas as aldeias da VGX (com exceção de Itkoum, uma aldeia nova na TI Arara da VGX) possuem escolas próprias, com professores indígenas e não indígenas contratados pelas respectivas SEMEDs. A infraestrutura das escolas melhorou consideravelmente também, e hoje são feitas em alvenaria, com pelo menos duas salas de aula, laboratório de informática com 10 computadores, cozinha, banheiros, secretaria e um alojamento integrado de dois quartos para hospedagem dos professores não indígenas – exceto na aldeia Guary-Duan, cuja escola é construída em madeira.

Atualmente (isto é, em 2017) há 303 alunos distribuídos entre as 6 escolas indígenas da VGX – dos quais 59% cursam a Educação Infantil e o I ciclo do Ensino Fundamental em classes multisseriadas; 21% cursam o II ciclo do Ensino Fundamental em regime modular; e 19% encontram-se cursando o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ou programas similares. As escolas da TI Paquiçamba e da TI Arara da VGX atendem somente aos alunos de suas aldeias, e a escola da AI Juruna do Km-17 recebe indígenas da cidade de Altamira e não indígenas do entorno.

## Desafios para a educação escolar diferenciada

Um dos grandes objetivos dos Juruna e dos Arara da VGX é garantir uma educação diferenciada e de qualidade, que reconheça e valorize suas trajetórias de resistência indígena. Há ainda, no entanto, desafios diversos e de diferentes dimensões, em todas as aldeias. O quadro a seguir reúne problemas levantados pelas comunidades da VGX durante a oficina que tratou da educação no contexto da elaboração do PGTA, relacionando-os às soluções e demandas apontadas pelos próprios participantes da oficina.

QUADRO 4: DESAFIOS E SOLUÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DA VGX

| ASSUNTO | PROBLEMA | DEMANDAS |
|---|---|---|
| Classes multisseriadas | Impede que o ensino mantenha o mesmo nível de qualidade para todos os alunos | Lotar mais professores indígenas para ministrar aulas regulares |
| Aulas de informática | Há aparelhos disponíveis, mas sem uso | Contratar professor de informática |
| Infraestrutura das escolas | Não há transformadores de energia | Adquirir transformadores exclusivos para as escolas |
| | Abastecimento de água é limitado | Instalação de poços artesianos exclusivos para as escolas |
| | Áreas do entorno da escola ficam alagadas | Garantir avaliação técnica do local para propor soluções, como terraplanagem e construção de sistema de drenagem eficaz |
| Contratação de professores indígenas | Desconhecimento (por parte da SEMED) sobre a legislação indigenista | Reconhecimento, por parte da SEMED, da legislação específica acerca do assunto |
| Formação de professores indígenas | Magistério Indígena sem continuidade | Retomar Magistério Indígena como curso modular |
| | Formação de professores ocorre fora das TIs | Oferecer formação nas aldeias |
| | SEDUC precisa reconhecer condições especiais de formação dos professores | SEDUC deve criar, junto às universidades, cursos de licenciatura/ pedagogia intercultural; promover reserva de vagas no curso de graduação intervalar em Entodesenvolvimento |
| Formação continuada de professores indígenas | Professores tentam viabilizar a continuidade da formação com os próprios recursos | SEDUC/SEMEDs precisam viabilizar formações específicas para professores indígenas que já atuam em sala de aula |

| ASSUNTO | PROBLEMA | DEMANDAS/SOLUÇÕES |
|---|---|---|
| Autonomia financeira e recursos para escola | Comunidades precisam ter acesso aos repasses existentes | Acessar recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE |
| Implementação do PPP | PPPs ainda não foram plenamente reconhecidos pelos órgãos de governo | SEMED deve reconhecer os PPPs e encaminhá-los para aprovação do Conselho de Estadual de Educação do Pará |
| Participação no conselho municipal de educação | Atualmente não há um espaço oficial de intervenção para as demandas indígenas | Comunidades devem se organizar para garantir a participação indígena no conselho |
| Alimentação escolar diferenciada | Excesso de produtos industrializados nos cardápios das escolas | Garantir o envolvimento da comunidade na elaboração do cardápio da merenda escolar; escolas devem poder gerir os recursos para aquisição de alimentos |
| Coordenação específica para indígenas dentro das secretarias | Algumas escolas indígenas são atendidas junto com as rurais | Garantir a criação de espaço oficial para atendimento dos indígenas dentro das SEMEDs |
| Transporte escolar | Transporte não atende demanda | Suprir demanda de transporte escolar |
| Ensino médio nas aldeias | Estudantes precisam sair das aldeias | Ofertar ensino médio regular nas aldeias |
| Contratação de professores fluentes nas línguas indígenas Juruna/Yudjá e Arara | Ensino das línguas indígenas nas escolas | Contratar um professor por aldeia, para trabalhar também fora da sala de aula; SEMEDs devem fornecer apoio para formações complementares de professores nas línguas indígenas |
| Material didático | Materiais didáticos não específicos e diferenciados | Garantir recursos para produção de material específico e diferenciado, em quantidade suficiente para suprir a demanda das comunidades; garantir recursos para trazer especialistas nas diversas áreas do conhecimento como consultores nas oficinas de elaboração de materiais didáticos; acessar editais específicos de produção de materiais didáticos |

## Gestão pública

A relação com o Estado é um grande desafio para o alcance desse objetivo comum. A gestão municipal da educação escolar indígena tende a dar às escolas indígenas da VGX o mesmo tratamento dado às rurais, desconsiderando as singularidades dos povos indígenas – amparados por uma legislação específica, que prevê a garantia de uma educação escolar diferenciada, que dialogue com os modos de vida próprios dos povos da VGX. A recente criação do Território Etnoeducacional do Médio Xingu (TEEMX), em 2012, veio como uma resposta a esse problema, pois propõe a construção de um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos se organizam, além de outras especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais. Porém, três anos depois da primeira reunião (realizada na cidade de Altamira), pouco se avançou em relação à implementação do TEEMX – que continua sendo uma demanda prioritária na VGX.

Outro desafio central é contar com a atuação exclusiva de professores indígenas, e também com ensino bilíngue, que permita o aprendizado das línguas indígenas.

No entanto, a ausência de novos cursos de Magistério Indígena e de parcerias da SEDUC-PA com as instituições de ensino superior (IES) locais para a oferta de cursos específicos para os indígenas, como a licenciatura intercultural ou pedagogia intercultural, compromete o objetivo mais amplo dos Juruna e dos Arara, de que sejam eles mesmos os professores de suas comunidades. Ainda, é necessário garantir o acesso dos povos indígenas aos demais cursos de ensino superior, visto que anseiam ocupar ser os responsáveis por todas as etapas da educação básica de seus filhos, além da gestão de suas escolas.

Por fim, a formações continuadas dos professores indígenas que já atuam em sala de aula é uma prioridade e uma demanda urgente de ambos os povos da VGX.

> "Ser autônoma do ponto de vista pedagógico e administrativo: para tanto, o povo Arara da VGX necessita de formações específicas, de modo que futuramente possam assumir a gestão escolar." (Projeto Político-Pedagógico das escolas da TI Arara da VGX)

### O que são os Territórios Etnoeducacionais

Com o Decreto 6.861, de 2009, a Educação Escolar Indígena passou a ser organizada em Territórios Etnoeducacionais (TEEs), que abrangem (independentemente da divisão político-administrativa do país) Terras Indígenas ocupadas por povos que compartilham práticas culturais, valores, filiações linguísticas etc., e que mantêm relações políticas e econômicas. A proposta dos TEEs é articular diferentes atores em torno de políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena, para que possam planejar ações conjuntamente.

> "A gestão municipal tende a dar às escolas indígenas o mesmo tratamento dado às rurais, desconsiderando as singularidades dos povos indígenas – amparados por uma legislação específica, que prevê uma educação diferenciada."

**Mural na escola da aldeia Mïratu**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

## Aprimorar e ampliar: material didático e ensino médio

Na busca para uma educação escolar diferenciada, os professores indígenas da Volta Grande do Xingu começaram a elaborar os seus próprios materiais didáticos, voltados para as especificidades das suas realidades. Há avanços no que diz respeito ao letramento em português e à retomada do ensino da língua indígena, mas há muito ainda a ser feito para cobrir as demais disciplinas do ensino fundamental.

Outro desafio prioritário é a oferta de ensino médio nas comunidades da VGX. Após concluírem o ensino fundamental, os indígenas procuram cursos de ensino médio em escolas particulares no entorno das TIs ou na cidade de Altamira – o que faz com que os jovens saiam das aldeias por longos períodos, distanciando-se de seus familiares e das atividades tradicionais, e se expondo aos riscos da cidade. Além desses problemas, a formação que recebem não atende às demandas e especificidades desses povos e de seus territórios. Este cenário tende a se intensificar, pois é cada vez maior o número de indígenas buscando a continuação do ensino formal.

### Escola autônoma

"Nossa meta é uma escola autônoma e autogerida por nós, indígenas, por isso sabemos da importância da contratação de tais profissionais para atingirmos nosso objetivo de uma educação escolar específica, diferenciada e de qualidade para as crianças e jovens Juruna." (PPP das escolas da TI Paquiçamba)

## Avanços: protagonismo indígena e projetos político-pedagógicos

Apesar do tempo decorrido desde o início das ações de educação escolar na região, a discussão acerca da educação diferenciada (garantida pela legislação aos povos indígenas) é recente. Nos últimos anos, os Juruna e Arara avançaram muito em direção ao seu protagonismo na educação escolar e na luta pela autonomia administrativa e pedagógica de suas escolas e respectivas práticas educativas. Em 2016, todas as escolas indígenas da VGX já possuíam seus Projetos Políticos-Pedagógicos, mas ainda é preciso que esses planos sejam efetivamente reconhecidos e implementados.

Destaca-se que no início de 2017 – após mudanças na gestão das prefeituras – professores e lideranças dos povos Juruna e Arara da VGX resolveram se organizar para avançar nos seus objetivos e metas na área da educação, criando a Comissão de Educação Escolar Juruna da Volta Grande do Xingu e a Comissão de Educação Escolar Arara da Volta Grande do Xingu. Essa é uma das formas que encontraram para defender conjuntamente os interesses de suas escolas, e garantir os seus direitos a uma educação diferenciada, estabelecendo um foro de discussão único com os órgãos governamentais.

> "Tem que pensar que não significa que tudo da educação do branco é boa, se a gente for por na peneira várias coisas que estão lá não são importantes pra comunidade. A comunidade tem que ter ciência do que é bom pra comunidade. Ela tem que ser diferenciada pra resolver o problema das comunidades." (Natanael Juruna, professor da aldeia Mïratu)

**Participantes da aldeia Furo Seco na Oficina de Ocupação Regional Territorial**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

# Diretrizes e ações

## Eixo 5
Educação

### 1. Educação diferenciada e específica de qualidade

- Valorizar e promover os conhecimentos tradicionais
- Professores indígenas atuando em todos os níveis do ensino fundamental e médio nas aldeias
- Elaborar materiais didáticos e paradidáticos próprios com o apoio de especialistas
- Contratar professores indígenas nas línguas Juruna e Arara
- Formar professores locais nas línguas Juruna e Arara
- Implementar curso de formação continuada específica para os professores indígenas
- Garantir o número suficiente de professores para o atendimento nas escolas das aldeias
- Praticar uma educação escolar diferenciada que tenha espaço para o ensinamento de práticas tradicionais como plantar, pescar e fazer artefatos
- Inserir o conhecimento dos mais velhos da comunidade dentro do espaço escolar para transmissão de saberes aos alunos

### 2. Protagonismo indígena na educação escolar

- Realizar intercâmbios entre os profesores indígenas da VGX com professores indígenas de outros povos para troca de experiências e saberes
- Fortalecer, capacitar e apoiar a Comissão de Educação Escolar Juruna da Volta Grande do Xingu e a Comissão de Educação Escolar Arara da Volta Grande do Xingu
- Garantir a participação indígena nos Conselhos Municipais de Educação
- Acessar os programas de educação do governo federal

### 3. Autonomia administrativa e pedagógica garantida

- Aprovar e implementar os Projetos Político Pedagógicos – PPPs das terras indígenas e introduzir um calendário escolar próprio
- Criar coordenação escolar indígena nas SEMED de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio
- Regularizar as Escolas Indígenas pelo Conselho Estadual de Educação
- Criar plano de cargo, carreira e remuneração para professores indígenas
- Implementar programa de merenda escolar diferenciada com cardápio específico utilizando produtos produzidos nas próprias comunidades
- Implementar formação específica sobre as especificidades da educação escolar indígena para os professores não indígenas nas aldeias que ainda não possuem todos os professores indígenas e para os técnicos das SEMEDs que atuam diretamente no acompanhamento da implementação das políticas de educação nas comunidades

### 4. Garantia de acesso a níveis médio e superior de ensino

- Implantar um polo de ensino médio na Volta Grande do Xingu
- Implementar curso de licenciatura e/ou pedagogia intercultural indígena na região do médio Xingu
- Garantir o acesso e permanência dos indígenas em todos os cursos de ensino superior na região

**Alunos da escola da aldeia Terrawangã**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Eixo 6

# Saúde

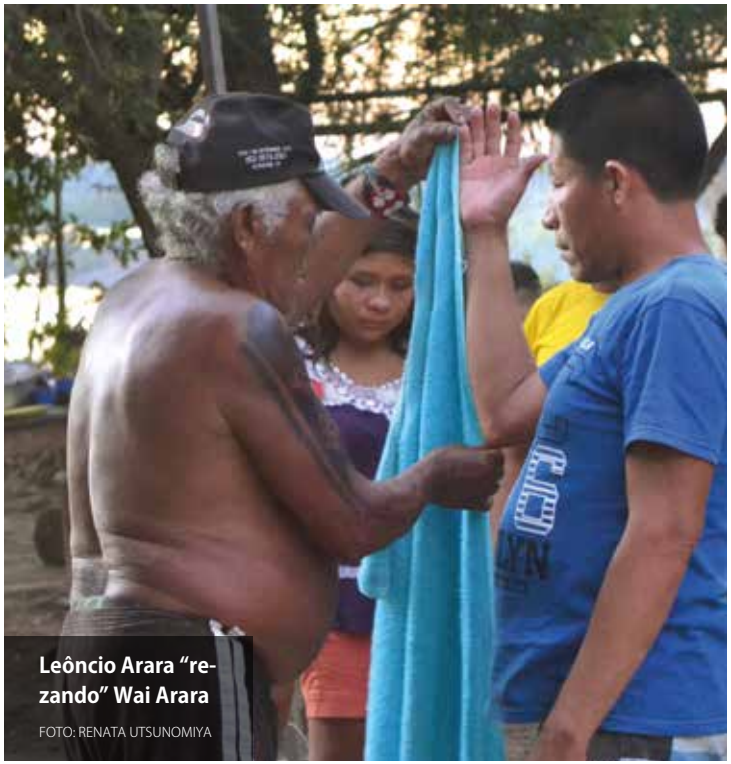
- Direitos indígenas e marco legal para atendimento à saúde
- Panorama da atenção à saúde indígena na VGX
- Desafios da Atenção à Saúde dos Povos Indígenas da VGX
- Saneamento e gestão do lixo
- Animais domésticos

**Josiane Arara (Preta), da aldeia Itkoun, durante oficina de formação de agente indígena de saúde – AIS**

FOTO: LAÍSE DINIS

## Direitos indígenas e marco legal para atendimento à saúde

Seguindo as determinações da Constituição Federal de 1988 e da Convenção 169 da OIT (ratificada pelo Brasil em 2002), na atenção à saúde indígena devem ser consideradas as especificidades socioculturais de cada povo (suas práticas e seus conhecimentos tradicionais). Deve ser assegurado, também, o direito ao monitoramento e controle social por parte dos usuários do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (SASI-SUS) – pela participação em conselhos locais e distritais de saúde. Estas são algumas das diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), promulgada em 2002. São também centrais para a PNASPI o reconhecimento, respeito e consideração dos conhecimentos sobre saúde dos povos indígenas; e também a produção de informações sobre a saúde dos indígenas para elaboração, gestão e avaliação de políticas de saúde adequadas às realidades dos povos indígenas. Contudo, esses elementos fundamentais da política ainda não estão plenamente assegurados na realidade concreta das comunidades indígenas. É preciso ter conhecimento deles para garantir que o atendimento diferenciado, ao qual todos os povos indígenas têm direito, seja de fato realizado.



**Leôncio Arara "rezando" Wai Arara**

FOTO: RENATA UTSUNOMIYA

> "Fui conselheiro de saúde e andei muito nas reuniões e sempre ouvi essa história de saúde diferenciada pros indígenas, mas eu não vejo diferença. Eu acredito que tem muito a melhorar, agora eu também acho que se acabar é pior. Então temos que participar, que batalhar pra ter uma melhora, pra poder conseguir as coisas, se não esse diferenciado não vai existir." (Marino Juruna, da aldeia Paquiçamba)

## Panorama da atenção à saúde indígena na VGX

Há três décadas, a falta de infraestrutura básica e a dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde eram alguns dos principais desafios para os povos Juruna e Arara da VGX.

Com o reconhecimento dado pelo Estado aos seus territórios, as comunidades começaram a ter maior acesso a serviços de saúde diferenciados e, mesmo que em passos lentos, a situação começou a melhorar. Hoje as aldeias da VGX são todas atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira, que aloca técnicos de enfermagem nas aldeias e fornece medicamentos básicos para os postos de saúde. De lá pra cá, observa-se que a mortalidade infantil e a ocorrência de doenças como malária – que outrora eram problemas muito comuns nas aldeias – estão sob controle.

A infraestrutura de atenção básica também melhorou desde então. Quando as aldeias começaram a ser atendidas pelo Sistema Único de Saúde, os poucos postos de saúde que existiam tinham estrutura muito simples, feitos pelas comunidades com tábuas e telhado de palha, e sem água encanada. Com a chegada da UHE Belo Monte, foi determinado pelo órgão licenciador, como compensação pelos impactos do empreendimento, que se equipassem as aldeias com Unidades Básicas de Saúde (UBS) devidamente aparelhadas e com fornecimento de energia elétrica 24 horas por dia. Com isso, atualmente as aldeias da VGX contam (com exceção de Guary-Duan e Itkoum) com UBS do tipo 1 e uma UBS do tipo 2 (esta, na aldeia Paquiçamba).

Embora tenham havido avanços, ainda existem grandes desafios. A garantia das condições de atendimento à saúde indígena com qualidade depende de melhorias não apenas na infraestrutura e nos serviços de atendimento, mas também na relação do Estado com as comunidades – levando em conta as especificidades socioculturais dos povos, conforme estabelecido na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Assim, é preciso aliar o atendimento à saúde aos sistemas de conhecimento e práticas tradicionais de cura de cada povo: suas noções de saúde próprias, a etnoclassificação de alimentos, os sistemas específicos de resguardos e de demais cuidados com o corpo, entre outros.

### Diretrizes da PNASPI

- Organização dos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas na forma de Distritos Sanitários Especiais e Pólos-Base, no nível local, onde a atenção primária e os serviços de referência se situam;
- Preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural;
- Monitoramento das ações de saúde dirigidas aos povos indígenas;
- Articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde;
- Promoção do uso adequado e racional de medicamentos;
- Promoção de ações específicas em situações especiais;
- Promoção da ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde envolvendo comunidades indígenas;
- Promoção de ambientes saudáveis;
- Proteção da saúde indígena;
- Controle social.

"Embora tenham havido avanços, ainda existem grandes desafios. A garantia das condições de atendimento à saúde indígena com qualidade depende de melhorias não apenas na infraestrutura e nos serviços de atendimento, mas também na relação do Estado com as comunidades."

**Agentes indígenas de saúde (AIS) Juruna e Arara durante atividade prática na aldeia Terrawangã**

FOTO: GLAYSSON SOUZA

## Desafios da Atenção à Saúde dos Povos Indígenas da VGX

### Infraestrutura

Com relação à infraestrutura, mesmo que tenham sido construídas recentemente as UBSs em muitas aldeias, o funcionamento dessas unidades ainda não está garantido: problemas no fornecimento de energia são constantes e não há meios de transporte adequados (e disponíveis todo o tempo) para a remoção de pacientes que precisam de tratamento emergencial.

> "Aqui está melhor por causa desse empreendimento (UHE Belo Monte) que deu uma forcinha, construiu uma UBS... Mas se não funcionar é o mesmo que o médico me dar uma receita e eu não ter dinheiro pra comprar o remédio. O dentista chegou animado pra trabalhar na sala que foi construída, chegou lá não tinha energia. A energia lá (na aldeia Paquiçamba) tem, mas sem o transformador não dá conta de funcionar o posto." (Marino Juruna, da aldeia Paquiçamba)

### Atendimento

Sobre o atendimento e organização do serviço de saúde, os desafios giram em torno dos longos períodos de ausência dos técnicos de enfermagem nas aldeias; de longas esperas para se conseguir uma consulta com especialistas na cidade; da falta de profissionais de saúde e do tipo de formação dos mesmos. O atual regime de contratação de profissionais externos é ainda insuficiente, na percepção dos indígenas; por isso, inclusive, faltam profissionais nas aldeias. Foram então delineadas como ações centrais deste PGTA garantir a contratação de profissionais indígenas e não-indígenas, de um lado, e promover a formação de novos profissionais, de outro. Ter um protagonismo maior na saúde por meio da formação de profissionais indígenas de saúde é fundamental para melhoria do atendimento nas aldeias. Hoje, todas as aldeias já contam com técnicos de enfermagem indígenas formados, mas a capacitação deve continuar.

> "Como o quadro de técnicos de enfermagem está reduzido por conta do aumento de aldeias e todas estão sendo cobertas pelos já contratados, estão sendo mal cobertas." (José Carlos Arara, da aldeia Terrawangã)

**Agentes indígenas de saúde Juruna e Arara em atividade de formação**
FOTO: LUCIANA DE FREITAS

> "Agora tem outro problema que é a falta de profissionais, porque não sei se tem médico pra ficar lá. Então a situação da saúde é essa, os parentes são sabedores disso: nós saímos de Altamira com encaminhamento da técnica de enfermagem e chega lá não tem os exames e você é obrigado a pagar." (Marino Juruna, da aldeia Paquiçamba)

## Saneamento e gestão do lixo

Muitas aldeias contam com poços artesianos com água potável, mas o sistema de bombeamento da água para as caixas d'água e a encanação apresentam problemas constantes de vazamento e pane nos motores. A manutenção do sistema é feita pelo DSEI, mas a falta de profissionais e de material para manutenção compromete o fornecimento de água para as casas.

O acúmulo de lixo trazido das cidades também é um problema crescente nas TIs da VGX, intensificado com as transformações pelas quais esses povos vêm passando – com um maior consumo de produtos industrializados. A falta de infraestrutura para a coleta seletiva e de locais adequados para a destinação do lixo são levantados pelos indígenas como pontos críticos para a melhoria da gestão do lixo nas aldeias. Só a aldeia Boa Vista conta atualmente com um sistema de coleta implementado – que funciona semanalmente, quando o lixo é retirado pela prefeitura de Vitória do Xingu. Frente a isso, há uma demanda urgente pela realização de acordos internos, atividades de conscientização e arranjos com as instituições públicas responsáveis no que diz respeito ao lixo trazido da cidade.

**Sheyla Juruna e Maria Arlete Juruna no Encontro de Cuidadores Indígenas em Altamira**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

> "Do que adoece mais é a contaminação da água. Dá diarreia, principalmente nas crianças. Um dos grandes problemas que a gente tem é a falta de água potável. Da construção das casas que fizeram lá, já tem encanação dentro, já furou o poço desde o ano passado, mas só está faltando o encanamento ligando (...) Se tudo estivesse funcionando, seria mais difícil de adoecer (...) Depois tem a gripe, que não acontece só lá, acontece em todas as aldeias porque tem muita gente que entra e saí, vai pra cidade." (Josélia Arara, da aldeia Terrawangã)

## Animais domésticos

Outro problema de saúde crescente nas aldeias diz respeito aos cuidados com os animais domésticos. A população de cachorros e gatos nas aldeias vem crescendo. A falta de controle das populações e a ausência de campanhas de vacinação aumentam o risco de transmissão de doenças e verminoses para as crianças das aldeias.

**Crianças Juruna da aldeia Paquiçamba durante atividade de educação em saúde bucal**

FOTO: RENATA UTSUNOMIYA

# Diretrizes e ações

## Eixo 6
Saúde

**1. Valorização e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais no atendimento à saúde**

- Realizar encontros entre cuidadores indígenas para trocas de conhecimentos
- Promover atividades para salvaguardar e incentivar a transmissão do conhecimento e das práticas tradicionais entre os mais velhos e os jovens
- Incentivar nas comunidades a criação de canteiros de ervas medicinais
- Implementar as "Diretrizes/orientações/ recomendações para ariticulação entre as medicinas indígenas e serviços de saúde" elaborado pelos cuidadores indígenas do médio Xingu
- Implementar ações de educação em saúde a partir das demandas das comunidades
- Promover o protagonismo indígena nos espaços políticos de decisão sobre a política de saúde indígena no Brasil

**2. Formação e acesso a profissionais de saúde qualificados**

- Investir na formação continuada de profissionais de saúde indígenas
- Garantir a contratação e os direitos trabalhistas dos profissionais de saúde indígena
- Garantir que os profissionais de saúde não indígenas que atuem nas aldeias sejam qualificados para trabalhar com povos indígenas promovendo o diálogo entre a medicina indígena e não-indígena
- Promover a formação qualificada dos AIS e AISAN que respeite e dialogue com os modos de vida das comunidades
- Incentivar e cobrar que o AIS promova a comunicação entre as aldeias e as instituições públicas de saúde para melhorar a qualidade dos serviços de saúde nas aldeias

**3. Implementação e manutenção da infraestrutura e material de atendimento à saúde indígena adequado**

- Construir unidades de saúde nas aldeias onde ainda não existem e equipar e garantir o pleno funcionamento das unidades já construídas
- Implantar e garantir a manutenção periódica adequada do sistema de captação e distribuição de água nas aldeias
- Garantir o número suficiente de profissionais de saúde para possibilitar atendimento sem interrupções
- Garantir transporte fluvial e terrestre de urgência no Polo de Saúde da VGX

**4. Garantia de acesso a serviços de saúde de média e alta complexidade**

- Reforçar a equipe do setor de atendimento de média e alta complexidade da CASAI para garantir o acompanhamento adequado dos casos que ocorrem nas aldeias
- Implantar um laboratório de exames dentro do DSEI

**5. Controle do uso de álcool**

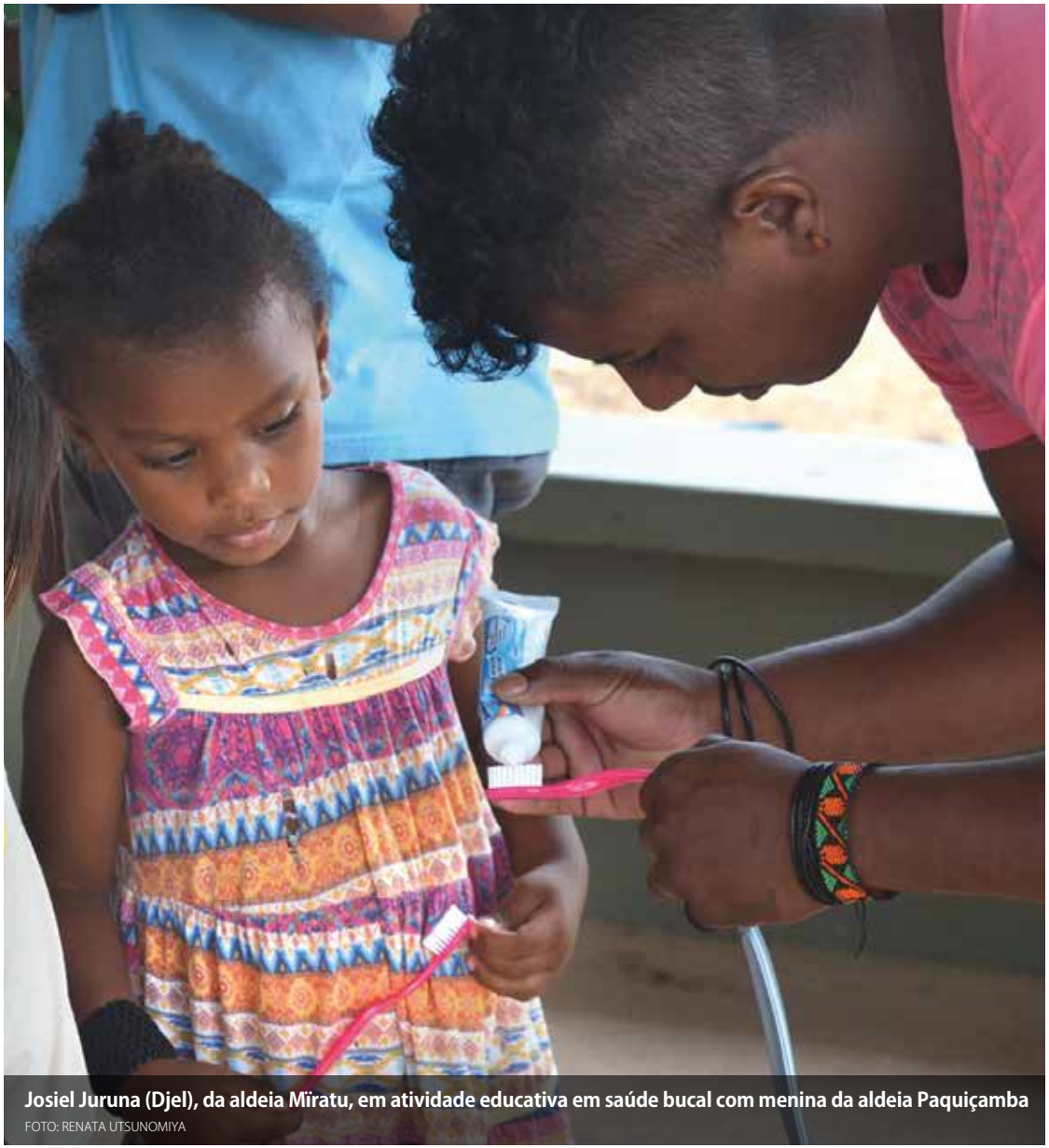
- Promover a realização de palestras educativas sobre os problemas e riscos relacionados ao consumo do álcool e uso de outras drogas
- Realizar acordos internos em cada comunidade sobre o uso de álcool e outras drogas

**6. Aldeias com melhores condições sanitárias**

- Reduzir, controlar e cuidar da população de cachorros das aldeias

**7. Manejo adequado do lixo**

- Sensilbilizar e capacitar as comunidades para a realização da separação do lixo
- Implantar a rede de infraestrutura para a separação e coleta seletiva do lixo



**Josiel Juruna (Djel), da aldeia Mïratu, em atividade educativa em saúde bucal com menina da aldeia Paquiçamba**
FOTO: RENATA UTSUNOMIYA

Para saber mais

# Sobre a Volta Grande do Xingu e os povos Juruna e Arara

**Meninas Arara da aldeia Terrawangã com a produção de sua pescaria**

FOTO: HILTON S. NASCIMENTO

Adalberto, Príncipe da Prússia. 1977. Brasil: Amazonas – Xingu. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 243 p.

Bezerra Neto, José Maia. 2008. De Porto de Moz a Ponte Seca: gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. In: César Martins de Souza & Alírio Cardozo (org.). Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (Séculos XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 97-120.

Chambouleyron, Rafael. 2006. Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. Nuevo Mundo / Mundos Nuevos, 6. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/document2260.html.

Coudreau, Henri. 1977. Viagem ao Xingu. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. 165 p.

Fundação Getúlio Vargas. 2015. Mapa dos Caminhos: desmatamento e degradação florestal. Indicadores de Belo Monte. FGV-EAESP e PDRSXingu. 27 p.

Isaac, V. J.; Giarrizzo, T.; Zorro, M. C.; Sarpedonti, V.; Santo, R. V. E.; Silva, B. B.; Junior, M. M.; Carmona, P & Almeida, M. 2008. Diagnóstico ambiental da AHE – Belo Monte, médio e baixo rio Xingu: Ictiofauna e pesca. Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará. 433 p.

Krauetler, Eurico, M. 1953. O Xingu: encanto ou terror? Belém, 56 p.

Lima, T. S. 1995. A parte do cauim: etnografia Juruna. Tese de doutorado em antropologia social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 480 p.
Nascimento, H. S. 2017. Registros históricos da presença Juruna e Arara na Volta Grande do Xingu. Verthic, 87 p.

Nimuendaju, C. 1948. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: Julian H. Steward (ed.). Handbook of South American Indians. New York. 3: 213-243.

Oliveira, Adélia Engrácia. 1970. Os índios Juruna do alto Xingu. São Paulo: Dédalo. 291 p.

Patrício, M. M.; Araújo, C. O.; Lima, F. P. N.; Abreu, L. A., Carvalho Jr., J. R. Patrício, M. S. M. & Melo, E. A. 2009. EIA/RIMA AHE Belo Monte, Estudo Socioambiental - Componente Indígena – TI Arara da Volta Grande do Xingu. Engevix/Themag/Intertechne. 374 p.

Seidel, I. 1996. New information on the zebra pleco, Hypancistrus zebra. Tropical Fish Hobbyist, v. 44 (5).

Steinen, Karl von den. 1942. O Brasil central: exploração em 1884 para a exploração do rio Xingu. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 420 pg.

Teixeira-Pinto, M. 1997. Ieipari: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). São Paulo. Hucitec/Anpocs/Editora UFPR. 432 p.

Teixeira-Pinto, M. 1998. Arara. Fonte: Instituto Socioambiental | Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/arara. Acessado em: 18/11/2017.

Vieira, M. E. G.; Silva, C. E.; Lima, F. P. N.; Carvalho Jr., J. R. & Pimentel, N. M. 2009. EIA/RIMA AHE Belo Monte, Estudo Socioambiental – Componente Indígena – Terra Indígena Paquiçamba. Brasília. 366 p.

Vieira, M. E .G. et al, 2009. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Brasília: Eletrobrás, Ministério de Minas e Energia e Governo Federal. Volume 35, meio socioeconômico e cultural, apêndice – Tomo 4, Estudos Etnoecológicos, 152p. Estudo de Impacto Ambiental apresentado ao IBAMA.

Vieira, M. E. G. et al. 2009a. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Brasília: Eletrobrás, Ministério de Minas e Energia e Governo Federal. Volume 35, meio socioeconômico e cultural, apêndice – Tomo 2, Estudos Etnoecológicos, 344p. Estudo de Impacto Ambiental apresentado ao IBAMA.